**Os profissionais da documentação em Portugal e o seu nível de conhecimento sobre a legislação de direitos de autor: o caso das bibliotecas municipais**

Maria do Carmo Ferreira Dias\*, J. Carlos Fernández-Molina\*\* e Maria Manuel Borges\*.

*\*Universidade de Coimbra, email:* [*maria.dias@fl.uc.pt*](mailto:maria.dias@fl.uc.pt) (962387021)/ [*mmb@fl.uc.pt*](mailto:mmb@fl.uc.pt)(962470504)

*\*\*Universidad de Granada, email:* [*jcfernan@ugr.es*](mailto:jcfernan@ugr.es)

**Resumo:**

Mediante a realização de um inquérito realizado às bibliotecas portuguesas tomámos contacto com a realidade das próprias bibliotecas sobre a temática dos direitos de autor e identificámos os problemas existentes neste domínio. Neste artigo faremos referência às bibliotecas públicas que constituem são uma componente essencial do ensino e da investigação.

Os profissionais da documentação em Portugal revelam, com algumas exceções, escassos conhecimentos sobre a questão dos direitos de autor e a legislação que os regula. Esta falta de conhecimentos sobre direitos de autor manifesta-se de forma negativa no desenvolvimento da sua atividade profissional e implica uma desadequada conciliação entre os interesses das partes envolvidas, por um lado os titulares dos direitos e por outro, os utilizadores.

**Palavras-chave:** Bibliotecas públicas, Direito de autor, Legislação, Profissionais da documentação.

**Abstract:**

By conducting a survey to Portuguese libraries we have contact with the reality of their own libraries on the subject of copyright and we have identified the problems in this area. In this article we will make reference to public libraries that are an essential component of education and research.

Documentation professionals in Portugal reveal, with some exceptions, few knowledge on the issue of copyright and the legislation that regulates. This lack of knowledge about copyright manifests itself in a negative way the development of their professional activity and implies an inadequate reconciliation of the interests of the parties involved, on the one hand the right-holders and users.

**Keywords:** Public libraries, Copyright, Legislation, Information professionals.

**1. Introdução**

O direito de autor é um direito do homem e um direito consagrado nas constituições dos vários países. Trata-se de um direito comum e de um direito de cultura que versa sobre as criações artísticas e literárias do homem, protegendo e incentivando, ao mesmo tempo, a sua capacidade de criar. A proteção dos direitos de autor representa um meio para a liberdade de criação cultural, artística e científica (Pereira, 2008). Congrega dois elementos: a proteção das obras e a liberdade da própria criação das obras.

A questão dos direitos de autor encontra-se presente nos principais documentos legislativos internacionais, comunitários e nacionais, denotando-se um esforço considerável para a harmonização das legislações sobre esta matéria. Esta preocupação pela harmonização tem como objetivo uma maior proteção dos direitos de autor e da propriedade inteletual.

Tal como os outros direitos não consiste num direito absoluto. Apresenta alguns limites ou exceções (Fernández-Molina, 2009). Estes limites são fundamentais para as instituições públicas e sem fins lucrativos, como por exemplo as bibliotecas. Estas beneficiam assim destas medidas, desenvolvendo a sua importante ação ao serviço da sociedade de informação, mais precisamente, ao nível da preservação, da conservação e da difusão da informação (Fernández-Molina, 2008).

Numa sociedade em permanente mudança e em que as novas tecnologias se desenvolvem a um ritmo alucinante, é preciso que os profissionais das bibliotecas públicas possuam certos conhecimentos sobre a questão dos direitos de autor. Este conhecimento desta matéria é bastante importante para a concretização das suas tarefas, de modo a evitar a realização de certas práticas ilícitas e de modo a aproveitar todos os benefícios que essa mesma legislação confere em relação às bibliotecas.

Contudo, as disposições legislativas neste domínio encontram-se desfasadas se tivermos em conta o rápido desenvolvimento da sociedade de informação. Os limites ou as exceções concedidas pela legislação nem sempre foram aproveitadas pelas possibilidades concedidas, nomeadamente pelo Tratado da OMPI, que adaptou e ampliou estas medidas em favor das bibliotecas relativamente ao ambiente digital (Fernández-Molina et al., 2008).

As bibliotecas constituem instrumentos fundamentais para a educação, cultura e informação (UNESCO, 1994). Estas instituições devem procurar deter um conhecimento da legislação em vigor, não só para a concretização das suas atividades e para a sensibilização dos seus utilizadores, evitando o recurso a práticas ilícitas, mas também para o aproveitamento das possibilidades que a lei lhes conferem em seu próprio benefício e no interesse dos seus utilizadores.

Estas medidas que são destinadas às bibliotecas denotam alguns aspetos de direitos reais que pertencem aos utilizadores (Crews, 2008), que procuram o acesso à informação e ao conhecimento.

As bibliotecas desenvolvem um papel preponderante na sociedade de informação e contribuem para uma difusão rápida da informação e do conhecimento (Dias et al., 2009). O seu papel na sociedade produz grandes benefícios para a sociedade de informação e para a promoção do bem comum. O ideal seria existir um equilíbrio entre as partes que estão envolvidas, ou seja, entre os autores, os titulares dos direitos, os editores e os utilizadores (Dias et al., 2011).

Relativamente às bibliotecas públicas

tárias são consideradas como elementos fundamentais no apoio ao ensino e à investigação. Devem ser um espaço para preservar e conservar as colecções e, cada vez mais, o local usado para a investigação e para o aprofundamento do conhecimento. A sua principal missão reside na criação de um conhecimento novo que conduz às inovações (Amante, 2007).

**2. Objetivos e metodologia**

Assim, o objetivo deste trabalho reside na análise do nível de conhecimentos dos profissionais da documentação das bibliotecas públicas sobre a questão dos direitos de autor e da sua legislação.

Como metodologia utilizámos por base um inquérito *on-line* que foi enviado para todos os responsáveis das bibliotecas inquiridas de Portugal Continental e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Foram contempladas as bibliotecas públicas (bibliotecas municipais: BM1/BMa; BM2/BMb; BM3/BMc).

O inquérito foi realizado através do *software Survey Monkey* e foi enviado por *e-mail* para as bibliotecas a pedir a colaboração no inquérito, onde se solicitava ao responsável pelos serviços o seu preenchimento, mencionando os seus objetivos, o tempo previsto para o seu preenchimento e o *link* para o respetivo *site*. Houve a preocupação de que o inquérito apresentasse questões simples e de fácil compreensão, de acordo com os nossos objetivos, com algumas questões abertas, para permitir dados mais relevantes para o nosso trabalho e com o intuito de obter uma resposta num curto período de tempo (8 minutos), de modo a evitar possíveis abandonos.

Na análise dos dados, utilizámos o *software Survey Monkey e ainda o software SPSS* (*Statistical Package for Social Sciences*) e o *Microsoft Excel.*

**3. Análise dos resultados**

Das respostas obtidas pelo inquérito efetuado, podemos afirmar que uma grande parte dos profissionais da documentação das bibliotecas públicas apresenta um certo nível de desconhecimento da questão dos direitos de autor e da sua legislação. Contudo, algumas respostas obtidas indicam certos conhecimentos, mais concretamente na atribuição de alguma importância à realização de ações de sensibilização/formação sobre o direito de autor para o utilizador e no reconhecimento da necessidade de uma harmonização das leis de direito de autor.

No âmbito deste estudo podemos concluir que os profissionais da documentação apresentam uma certa falta de sensibilização para a temática dos direitos de autor, algum desconhecimento sobre esta matéria e alguma ausência de informação sobre a legislação em vigor. Deste modo é imperativo implementar ações de sensibilização e de formação para os profissionais da documentação e para os utilizadores sobre a temática dos direitos de autor; é urgente o investimento na formação dos primeiros, no estudo deste direito e da sua legislação e deve-se procurar o reconhecimento do instituto de direito de autor como um direito fundamental, que por um lado visa proteger as criações do homem e incentivar a capacidade criativa e, por outro que congrega certas disposições favoráveis para as bibliotecas

**4. Considerações finais**

Das respostas obtidas pelo inquérito efetuado, podemos afirmar que uma grande parte dos profissionais da documentação das bibliotecas públicas apresenta um certo nível de desconhecimento da questão dos direitos de autor e da sua legislação. Contudo, algumas respostas obtidas indicam certos conhecimentos, mais concretamente na atribuição de alguma importância à realização de ações de sensibilização/formação sobre o direito de autor para o utilizador e no reconhecimento da necessidade de uma harmonização das leis de direito de autor

**III.2. Inquérito**

**III.2.1.** **Metodologia**

**III.2.1.1. População e amostra**

Como metodologia utilizámos por base um inquérito *on-line* que foi enviado para todos os responsáveis das bibliotecas inquiridas de Portugal Continental e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Foram contempladas duas grandes tipologias de bibliotecas: as bibliotecas públicas[[1]](#footnote-1) e as bibliotecas universitárias (públicas e privadas). Neste trabalho apenas iremos analisar os dados relativos às bibliotecas municipais de Portugal Continental e das Regiões Autónomas.

Como já dissemos, a população sobre a qual recaiu o nosso estudo é composta pelas bibliotecas universitárias públicas e privadas e pelas bibliotecas públicas de Portugal Continental e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Para a identificação da tipologia das bibliotecas, utilizámos as siglas em uso para as bibliotecas públicas, BM1/BMa, BM2/BMb e BM3/BMc e usámos as siglas BUP para as bibliotecas universitárias públicas e as BUPR para as bibliotecas universitárias privadas.

**III.2.1.2. Desenho do questionário**

Foi elaborado um questionário para ser aplicado *on-line* e que foi enviado para todos os responsáveis pelas bibliotecas consideradas aos quais era pedido para responder ao inquérito. A mensagem de *e-mail* enviada expunha, tal como o próprio questionário, os objetivos do inquérito, o tempo previsto para o seu preenchimento, fornecendo, ainda, o *link* para o mesmo.

Sendo o universo constituído por diferentes tipos de bibliotecas que envolvem realidades distintas, as questões foram redigidas de modo simples, para facilitar a leitura e compreensão, sendo algumas delas abertas, de modo a captar dados mais ricos. Foram elaboradas de acordo com os objetivos iniciais e com a pretensão de uma resposta dentro de um período de tempo relativamente curto (cerca de 8 minutos), para evitar o abandono.

Os pontos fundamentais do inquérito centram-se na caracterização das bibliotecas, no conhecimento das coleções e serviços, no controlo que efetuam das cópias e, por fim, nos conhecimentos e na atenção concedida à temática dos direitos de autor. As questões foram, na maior parte, diretas ou de escolha múltipla. Nalgumas delas optámos por incluir opções de resposta aberta. Na última parte do inquérito foram utilizadas questões com o recurso a uma escala de *Likert*.

**III.2.1.3. Análise dos dados**

Os dados foram colectados e processados através do *software* *Survey Monkey*, tendo sido ainda usados o *SPSS* (*Statistical Package for Social Sciences*) e o *Microsoft Excel.*

**III.2.2.** **Objetivos**

Os objetivos da realização deste inquérito consistiram fundamentalmente no seguinte: (i) identificação das bibliotecas de acordo com a tipologia; (ii) avaliação da coleção, nomeadamente no que toca ao acesso, características e serviços; (iii) políticas de aquisição e de preservação em uso nas bibliotecas; (iv) identificação das condições do controlo das cópias e (v) caracterização das bibliotecas portuguesas, face ao conhecimento e cumprimento da legislação sobre os direitos de autor e ao grau de sensibilidade dos profissionais de documentação nesta matéria.

O inquérito encontra-se estruturado em quatro partes: os dados demográficos e o quadro de pessoal; a coleção: o acesso, as características e os serviços disponibilizados; o controlo da cópia; os direitos de autor e termina com os comentários finais.

Primeiramente, pretendemos recolher os dados demográficos e os dados sobre o quadro do pessoal, para efetuar uma caracterização das bibliotecas, nomeadamente através da área geográfica em que se inserem, da sua tipologia (bibliotecas universitárias e bibliotecas públicas) e da formação dos recursos humanos.

Numa segunda parte, incidimos sobre a coleção, o acesso, as características e os serviços disponibilizados, procurando recolher dados sobre o tipo de acesso ao fundo documental, os equipamentos disponibilizados, a composição da coleção, os tipos de suporte, os serviços disponibilizados, a existência e tipologia de fundos digitalizados, os projetos de digitalização, o acesso aos fundos digitalizados, sobre as políticas de aquisição e regime de utilização das obras em formato digital, sobre a existência ou não de políticas de preservação digital e o conhecimento dos meios pelos quais as bibliotecas disponibilizam a informação.

Na terceira parte, a nossa incidência recaiu sobre o controlo da cópia, procurando determinar em que condições as bibliotecas o fazem. Para isso, tentámos saber, entre outros, se as bibliotecas facultam fotocopiadoras em regime de *self-service* e quais os materiais que podem ser utilizados nas salas de leitura. Procurámos inquirir se as bibliotecas fornecem cópias de artigos científicos e cópias integrais da bibliografia corrente.

Na quarta parte, foi nosso objetivo analisar o posicionamento das bibliotecas face aos direitos de autor. Para a sua concretização, numa primeira fase, tentámos saber da existência de informação afixada sobre a legislação que se encontra em vigor, respeitante aos direitos de autor e de alguma indicação sobre os equipamentos passíveis de serem utilizados na execução de cópias. Num outro tempo, apurámos os conhecimentos dos profissionais da documentação sobre os direitos de autor, começando por saber o nível de conhecimento em que se classificariam e conhecer a sua posição a respeito de determinadas afirmações sobre as bibliotecas e os direitos de autor e sobre a *Diretiva 2001/29/CE*. Finalmente, averiguámos quais os novos aspetos que podiam ser incluídos do texto da diretiva e se as bibliotecas usufruíam de algum regime especial concedido pela legislação sobre direitos de autor.

Os comentários finais ao inquérito encontram-se no Anexo I.B.

**III.2.3. Bibliotecas inquiridas**

Tabela III-9: Total do universo das bibliotecas

|  |  |
| --- | --- |
| **Tipologia das bibliotecas** | |
| Bibliotecas Públicas | Bibliotecas Universitárias |
| 307 | 141 |

Procedemos ao envio do inquérito para 448 bibliotecas: 307 bibliotecas públicas e 141 bibliotecas universitárias públicas e privadas. Deparámos, desde logo, com um problema no envio do inquérito. Uma grande parte das bibliotecas públicas tinha o seu *e-mail* desatualizado na respetiva página *Web* ou, inclusivamente, tinha problemas com o correio eletrónico. Na grande maioria, resolvemos a questão. Contudo, existiram situações em que os *e-mails*, apesar dos nossos esforços para corrigir a situação, foram devolvidos.

**III.2.4. Respostas**

O inquérito foi disponibilizado em linha entre inícios de Julho de 2009 e meados de Setembro de 2009. Como já foi referido foi disponibilizado *on-line* e destinava-se a ser respondido pelo responsável de cada biblioteca.

Considerando as 448 bibliotecas, o número de respostas válidas obtidas foi de 213, o que corresponde a 47%.

Os resultados do inquérito são apresentados através de um sectograma com os dados totais das respostas, seguidos de uma tabela com a distribuição das respostas, segundo a tipologia das bibliotecas consideradas.

Na análise de cada pergunta é sempre indicado o número de respostas válidas, designado por (N), em relação ao total de respostas para questão e a sua respetiva percentagem. Este valor (N) é variável de pergunta para pergunta, tendo-se constatado uma diminuição do número de respostas válidas ao longo do inquérito, principalmente nas questões mais específicas sobre a temática dos direitos de autor e da *Diretiva 2001/29/CE*. O abandono do preenchimento do inquérito justifica-se, pois, pelo facto deste pedir progressivamente conhecimentos sobre o tema que os inquiridos provavelmente não tinham. Ao depararem com questões de resposta obrigatória que não permitiam avançar no inquérito, abandonavam-no. Este aspeto foi considerado na fase do desenho do questionário, pelo que as questões mais específicas foram deixadas para o final.

**III.2.5. Resultados e discussão: análise segundo a tipologia das bibliotecas**

**1. Dados demográficos e quadro de pessoal: caracterização da biblioteca**

*Área geográfica das bibliotecas*

Para um melhor conhecimento da distribuição geográfica das bibliotecas por distrito, apresentamos três mapas referentes a Portugal Continental, à Região Autónoma dos Açores e à Região Autónoma da Madeira.



Figura III-1: Mapa de Portugal Continental

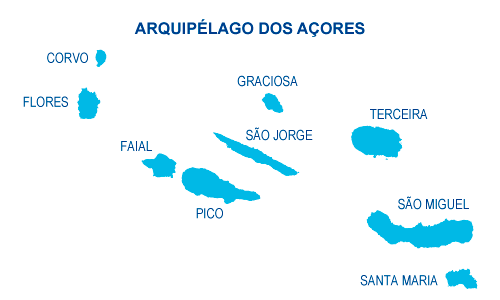


Figura III-2: Mapa da Região Autónoma dos Açores



Figura III-3: Mapa da Região Autónoma da Madeira

A nível geográfico, obtivemos a distribuição pelos 18 distritos de Portugal e pelas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Tabela III-10: Distribuição geográfica da amostra

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Área geográfica das bibliotecas** | | |
| **Distritos de Portugal Continental e das Regiões Autónomas** | **N** | **(%)** |
| Aveiro | **16** | **7,5** |
| Beja | **4** | **1,8** |
| Braga | **8** | **3,7** |
| Bragança | **1** | **0,4** |
| Castelo Branco | **9** | **4,2** |
| Coimbra | **36** | **16,9** |
| Évora | **7** | **3,3** |
| Faro | **5** | **2,3** |
| Guarda | **8** | **3,7** |
| Leiria | **6** | **2,8** |
| Lisboa | **32** | **15** |
| Portalegre | **7** | **3,3** |
| Porto | **20** | **9,3** |
| Santarém | **14** | **6,6** |
| Setúbal | **4** | **1,8** |
| Viana do Castelo | **3** | **1,4** |
| Vila Real | **5** | **2,3** |
| Viseu | **15** | **7** |
| Região Autónoma da Madeira | **8** | **3,7** |
| Região Autónoma dos Açores | **5** | **2,3** |
| **Total** | **213** | **100** |

Os distritos com maior número de respostas foram: Coimbra (36), Lisboa (32), Porto (20), Aveiro (16), Viseu (15) e Santarém (14). Os restantes apresentaram respostas em número inferior a 10.

As cidades de Coimbra, Lisboa, Porto e Aveiro foram as mais representativas na distribuição geográfica da amostra, eventualmente por serem cidades importantes, com universidades públicas e privadas, com exceção da cidade de Aveiro, que só dispõe da universidade pública. Podemos acrescentar que se trata de cidades situadas no litoral e que possuem grande densidade populacional.

A Região Autónoma da Madeira apresentou 8 respostas e a Região Autónoma dos Açores 5 respostas.

Destes resultados, podemos concluir que no Norte de Portugal (Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real) responderam ao nosso inquérito 37 bibliotecas, no Centro (Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Santarém e Viseu) responderam 104 bibliotecas e no Sul (Beja, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre e Setúbal) responderam 59 bibliotecas.

Das bibliotecas respondentes ao nosso inquérito, constatámos, pois, que a maioria se encontra situada no centro de Portugal, independentemente da tipologia das instituições, com exceção das BUPR que predominam a norte de Portugal. Verificámos, também, que existem mais BM1 no centro do que no norte, em virtude de este ter uma densidade populacional muito maior do que o centro. Quanto às BUP, também existiam em maior número; a Universidade de Coimbra, por exemplo, comporta maior número de faculdades do que a Universidade do Porto. Mas a nível das BUPR, o norte suplantou o centro. No sul, o destaque incidiu sobre as BM1 e as BUP.

Tabela III-11: Distribuição das bibliotecas em Portugal Continental

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Portugal**  **Continental** | **Tipologia da biblioteca** | | | | |
| **BM1**  **<20 000** | **BM2**  **20 000-50 000** | **BM3**  **> 50 000** | **BUP** | **BUPR** |
| Norte | 8 | 7 | 5 | **11** | 6 |
| Centro | **48** | **18** | 9 | **26** | 2 |
| Sul | 14 | **16** | 4 | **26** | 0 |

Analisando os dados recolhidos, podemos concluir que uma grande parte das bibliotecas que responderam ao inquérito se situa no litoral, com exceção das BM1, que se encontram mais para o interior. As BM2 e as BM3 localizam-se mais no litoral, que é mais densamente povoado. As BUP e as BUPR também se encontram situadas nas cidades do litoral, com exceção de alguns casos pontuais, como por exemplo a Universidade da Beira Interior, situada na Covilhã, a Universidade de Évora e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Tabela III-12: Distribuição das bibliotecas em Portugal Continental

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Portugal**  **Continental** | **Tipologia da biblioteca** | | | | |
| **BM1**  **<20 000** | **BM2**  **20 000-50 000** | **BM3**  **> 50 000** | **BUP** | **BUPR** |
| Litoral | **34** | 29 | 14 | **61** | **7** |
| Interior | **36** | 12 | 4 | 2 | 1 |

No que diz respeito às Regiões Autónomas, a distribuição geográfica por tipologia é a seguinte:

- Na Região Autónoma da Madeira, o maior número de bibliotecas que responderam ao inquérito são as BM1, as BM2, as BM3 e as BUP.

Tabela III-13: Distribuição das bibliotecas na Região Autónoma da Madeira

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Região Autónoma da Madeira** | **Tipologia da biblioteca** | | | | |
| **BM1**  **<20 000** | **BM2**  **20 000-50 000** | **BM3**  **> 50 000** | **BUP** | **BUPR** |
| 2 | 2 | 2 | 2 | 0 |

- A Região Autónoma dos Açores apresenta uma tipologia das bibliotecas diferente da utilizada para Portugal Continental e para a Região Autónoma da Madeira. O princípio de distinção das referidas instituições é idêntico, o que muda é o número de habitantes para cada categoria, tendo em conta que os Açores são constituídos por diversas ilhas e que algumas não são muito densamente povoadas, em comparação com Portugal Continental.

Quanto aos resultados obtidos, as BMc foram as que responderam em maior número ao inquérito.

Tabela III-14: Distribuição das bibliotecas na Região Autónoma dos Açores

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Região Autónoma dos Açores** | **Tipologia da biblioteca** | | | | |
| **BMa**  **<6 000** | **BMb**  **6 000-12 000** | **BMc**  **> 12 000** | **BUP** | **BUPR** |
| 1 | 1 | **2** | 1 | 0 |

*Tipologia das bibliotecas*

Com esta questão procurou-se conhecer a tipologia das bibliotecas inquiridas, tendo-se obtido a seguinte distribuição: BM1 com 34,3%, BUP com 30,9%, BM2 com 19,7%, BM3 com 11,3% e BUPR com 3,9%.

Figura III-4: Tipologia das bibliotecas (N=213)

Procurámos saber como se caracterizava, a amostra que tínhamos obtido. A tabela seguinte proporciona uma visão global da amostra face à população. Na primeira coluna surge o número real de bibliotecas, enquanto na segunda é referido o número de respostas obtidas.

Tabela III-15: Distribuição das bibliotecas por distritos e Regiões Autónomas [[2]](#footnote-2)

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Bibliotecas** | | | | | | | | | | |
| **Portugal e Regiões Autónomas** | **Bibliotecas Universitárias** | | | | **Bibliotecas públicas** | | | | | |
| Públicas | | Privadas | | BM1 | | BM2 | | BM3 | |
| **Nº**  (1) | **(N)**  (2) | **Nº**  (1) | (N)  (2) | **Nº**  (1) | (N)  (2) | **Nº**  (1) | (N)  (2) | **Nº**  (1) | (N)  (2) |
| Aveiro | 4 | **3** | -- | **--** | 7 | **5** | 9 | **5** | 3 | **3** |
| Beja | -- | **--** | -- | **--** | 12 | **2** | 1 | **2\*** | 1 | **0** |
| Braga | 12 | **2** | 2 | **1** | 7 | **3** | 6 | **0** | 2 | **2** |
| Bragança | -- | **--** | -- | **--** | 10 | **0** | 1 | **1** | 1 | **0** |
| Castelo Branco | 1 | **0** | -- | **--** | 8 | **7** | 1 | **1** | 2 | **1** |
| Coimbra | 33 | **23** | 1 | **1** | 12 | **7** | 3 | **3** | 2 | **2** |
| Évora | 1 | **1** | -- | **--** | 10 | **4** | 1 | **1** | 1 | **1** |
| Faro | 5 | **1** | -- | **--** | 6 | **0** | 8 | **4** | 1 | **0** |
| Guarda | -- | **--** | -- | **1** | 11 | **5** | 2 | **2** | 1 | **0** |
| Leiria | -- | **0** | -- | **0** | 10 | **4** | 5 | **1** | 1 | **1** |
| Lisboa | 31 | **24** | 8 | **0** | 5 | **3** | 7 | **3** | 4 | **2** |
| Portalegre | -- | **0** | -- | **--** | 11 | **4** | 2 | **2** | 1 | **1** |
| Porto | 23 | **8** | 9 | **5** | -- | **--** | 12 | **5** | 7 | **2** |
| Santarém | -- | **--** | -- | **--** | 13 | **8** | 7 | **4** | 2 | **2** |
| Setúbal | -- | **--** | -- | **--** | 5 | **1** | 7 | **4** | 2 | **0** |
| Viana do Castelo | -- | **--** | 1 | **0** | 7 | **3** | 2 | **0** | 1 | **0** |
| Vila Real | 4 | **1** | -- | **--** | 11 | **2** | 2 | **1** | 1 | **1** |
| Viseu | -- | **--** | 1 | **0** | 18 | **12** | 2 | **2** | 2 | **2** |
| Açores | 1 | **1** | 1 | **0** | 9 | **1** | 4 | **1** | 3 | **2** |
| Madeira | 2 | **2** | 1 | **0** | 9 | **2** | 3 | **2** | 4 | **2** |
| **Total** | **117** | **66** | **24** | **8** | **181** | **73** | **85** | **42** | **41** | **24** |
| (1) Número de bibliotecas  (2) Número de respostas obtidas | | | | | | | | | | |

*Técnico superior de biblioteca*

Procurando apurar-se a qualificação profissional dos recursos humanos no quadro de pessoal das bibliotecas, constatámos que na maior parte das bibliotecas inquiridas (81,6%) existe um técnico superior de biblioteca. Contudo, nalgumas bibliotecas ainda se verifica a sua inexistência (18,4%).

Figura III-5: Técnico superior de biblioteca (N=207)

De acordo com a tipologia das bibliotecas, assinalámos o facto de existir uma maior incidência das respostas afirmativas, em relação à existência de técnicos superiores, nas BUP com 59 respostas (92,1%), nas BM1 com 48 respostas (67,6%) e nas BUPR com 7 respostas (87,5%).

Em relação às outras bibliotecas continuou a manifestar-se a tendência para a existência de um técnico superior: nas BM2, com 38 respostas (88,4%) e nas BM3 com 17 respostas (80,9%).

Mau grado o predomínio do *sim*, verificámos que, a nível das BM1, 23 (32,3%) responderam que *não* possuíam nos seus quadros de pessoal de um técnico superior.

Tabela III-16: Tipologia da biblioteca e existência de técnico superior de biblioteca

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Técnico superior de biblioteca** | **Tipologia da biblioteca** | | | | | **Respostas** | |
| **BM1**  N  (%) | **BM2**  N  (%) | **BM3**  N  (%) | **BUP**  N  (%) | **BUPR**  N  (%) | **(N)** | **(%)** |
| Sim | **48**  (67,6) | 38  (88,4) | 17  (80,9) | **59**  (92,1) | **7**  (87,5) | 169 | 81,6 |
| Não | **23**  (32,3) | 5  (11,6) | 4  (19) | 5  (7,8) | 1  (12,5) | 38 | 18,4 |
| Total | | | | | | 207 | 100 |

**2. Coleção: acesso, características e serviços disponibilizados**

*Acesso na biblioteca*

Importava conhecer o tipo de acesso aos fundos documentais que caracterizam as bibliotecas inquiridas, isto é, pretendíamos saber se estas dispõem de livre acesso ou não às suas coleções. A quase totalidade das bibliotecas permite um acesso livre (93,4%) e apenas uma pequeníssima parte (6,6%) não o autoriza.

Figura III-6: Acesso livre na biblioteca (N=213)

A prática do acesso livre é uma realidade nas BM1 com 71 respostas (97,3%), BUP com 59 respostas (84,4%), BM2 com 41 respostas (95,3%), BM3 com 21 respostas (95,5%) e nas BUPR com 7 respostas (77,8%).

Na amostra, o número de bibliotecas que está em livre acesso é muito mais significativo em relação àquelas que não o têm. Destacam-se as BM1 e as BUP e BUPR.

O conhecimento do tipo de acesso na biblioteca é bastante relevante, na medida em que nos vai permitir conhecer o funcionamento da instituição e as suas regras de controlo, como veremos mais adiante.

Tabela III-17: Tipologia da biblioteca e acesso livre na biblioteca

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Livre acesso na biblioteca** | **Tipologia da biblioteca** | | | | | **Respostas** | |
| **BM1**  N  (%) | **BM2**  N  (%) | **BM3**  N  (%) | **BUP**  N  (%) | **BUPR**  N  (%) | **(N)** | **(%)** |
| Sim | **71**  (97,3) | 41  (95,3) | 21  (95,5) | **59**  (89,4) | **7**  (77,8) | 199 | 93,4 |
| Não | 2  (2,7) | 2  (4,7) | 1  (4,5) | **7**  (10,6) | 2  (22,2) | 14 | 6,6 |
| Total | | | | | | 213 | 100 |

*Equipamentos disponibilizados pelas bibliotecas*

As bibliotecas disponibilizam certo tipo de equipamento, como os computadores de secretária com 200 respostas obtidas (93,9%), os computadores portáteis com 17 respostas (8%) e admitem, ainda, a utilização de outros equipamentos por parte dos utilizadores, como os computadores portáteis pessoais com 166 respostas (77,9%).

Figura III-7: Equipamentos nas bibliotecas (N=213)

Analisando o tipo de equipamento de acordo com a tipologia das bibliotecas, verificámos que as BM1 apresentam o valor mais elevado, quanto aos computadores de secretária da biblioteca, com 68 respostas (93,2%) e logo a seguir as BUP que apresentam 64 respostas (97%). As outras bibliotecas apresentam valores mais baixos, mas sempre com maior destaque para os computadores de secretária da biblioteca.

Verifica-se uma tendência das bibliotecas para acompanharem as novas tecnologias, colocando ao dispor do seu público terminais informáticos que permitem a pesquisa e o acesso às novas redes de comunicação.

Quanto aos computadores portáteis da biblioteca, são poucas as que os disponibilizam aos utilizadores. Uma explicação possível pode dever-se aos elevados custos e fracos orçamentos de que, regra geral, dispõem as instituições.

Tabela III-18: Tipologia da biblioteca e tipo de equipamentos das bibliotecas

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tipo de equipamentos** | **Tipologia da biblioteca** | | | | | **Respostas** | |
| **BM1**  N  (%) | **BM2**  N  (%) | **BM3**  N  (%) | **BUP**  N  (%) | **BUPR**  N  (%) | **(N)** | **(%)** |
| Computadores de secretária da biblioteca | **68**  (93,2) | 39  (90,7) | 21  (95,5) | **64**  (97,0) | 8  (88,9) | 200 | 93,9 |
| Computadores portáteis da biblioteca | 4  (5,5) | 5  (11,6) | 2  (9,1) | 5  (7,6) | 1  (11,1) | 17 | 8,0 |
| Computadores portáteis pessoais | **48**  (65,8) | 34  (79,1) | 17  (77,3) | **58**  (87,9) | 9  (100) | 166 | 77,9 |

*Fundo documental das bibliotecas*

Esta questão tem como finalidade dar a conhecer o tipo de fundos documentais existentes nas bibliotecas inquiridas. A primazia recai sobre as monografias (97,2%), as publicações periódicas (95,3%), os documentos vídeo (85%), os documentos áudio (73,2%), as bases de dados (58,2%), os repositórios (27,7%), os *E-books* (19,7%) e a informação para *PDA* e *iPOD* (0,9%). Foi incluída, ainda, uma opção ‘outros’ (13,1%) e nesta questão assinalamos os que nos parecem mais significativos, como gravuras, iconografia variada (fotografias, cartazes, autocolantes, etc.), documentos gráficos, material cartográfico, documentos eletrónicos, documentos Braille, recortes de imprensa local, partituras, fotografia, manuscritos, etc.

Tabela III-19: Fundo documental das bibliotecas

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Fundo documental das bibliotecas** | **Respostas** | |
| **(N)** | **(%)** |
| Monografias | 207 | 97,2% |
| Publicações periódicas | 203 | 95,3% |
| Bases de dados | 124 | 58,2% |
| E-books | 42 | 19,7% |
| Documentos áudio | 156 | 73,2% |
| Documentos vídeo | 181 | 85% |
| Repositórios | 59 | 27,7% |
| Informação para *PDA* e *iPOD* | 2 | 0,9% |
| Outros (especifique, por favor) | 29 | 13,1% |
| Total | 213 | |

Relacionando o fundo documental com a tipologia das bibliotecas, averiguámos que, a nível das monografias e publicações periódicas, existe uma semelhança entre os dados recolhidos. Já quanto a outro tipo de fundo como os documentos áudio e vídeo, o destaque incide sobre as BM1. Estas bibliotecas privilegiam muito o material áudio e vídeo, devido ao seu público juvenil. No que diz respeito às bases de dados e aos repositórios, a primazia recai sobre as BUP.

Estas conclusões estão de acordo com a vocação dos diferentes tipos de bibliotecas, que se destinam a distintos utilizadores.

As bibliotecas universitárias apoiam outro tipo de utilizadores e, como tal, apostam mais nas bases de dados e nos repositórios, como um meio de apoio à investigação e à docência, mas também como forma de ajuda à pesquisa da informação e à divulgação da produção científica.

Tabela III-20: Tipologia da biblioteca e fundo documental das bibliotecas

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Fundo documental das bibliotecas** | **Tipologia da biblioteca** | | | | | **Respostas** | |
| **BM1**  N  (%) | **BM2**  N  (%) | **BM3**  N  (%) | **BUP**  N  (%) | **BUPR**  N  (%) | **(N)** | **(%)** |
| Monografias | **71**  (97,3) | **40**  (93) | 22  (100) | **66**  (100) | 8  (88,9) | 207 | 97,2 |
| Publicações periódicas | **69**  (94,5) | **40**  (93) | 21  (95,5) | **65**  (98,5) | 8  (88,9) | 203 | 95,3 |
| Bases de dados | 30  (41,1) | 16  (37,2) | 12  (54,5) | **59**  (89,4) | 7  (77,8) | 124 | 58,2 |
| *E-books* | 1  (1,4) | 4  (9,3) | 5  (22,7) | 29  (43,9) | 3  (33,3) | 42 | 19,7 |
| Documentos áudio | **55**  (75,3) | **40**  (93) | 19  (86,4) | 34  (51,5) | **8**  (88,9) | 156 | 73,2 |
| Documentos vídeo | **65**  (89) | **40**  (93) | 19  (86,4) | **50**  (75,8) | 7  (77,8) | 181 | 85,0 |
| Repositórios | 4  (5,5) | 5  (11,6) | 4  (18,2) | **42**  (63,6) | 4  (44,4) | 59 | 27,7 |
| Informação para *PDA* e *iPOD* | 0  (0) | 0  (0) | 1  (4,5) | 1  (1,5) | 0  (0) | 2 | 0,9 |
| Outros (especifique, por favor) | 3  (4,1) | 3  (7) | 9  (36,4) | 10  (15,2) | 4  (44,4) | 29 | 13,1 |

*Tipo de suportes disponibilizados*

De acordo com os respondentes, os tipos de suporte mais utilizados são: impressos (94,8%), *CD-ROM* (86,9%), *DVD* (85%), vídeo (80,3%), áudio (71,8%), digitais (58,2%), digitalizados (41,3%) e manuscritos (29,6%).

Verificámos que ainda estamos perante o predomínio de materiais impressos, mas outros tipos de suportes como os *CD-ROM*, os *DVD*, o material vídeo e áudio começam a impor-se. Mais lento é, no entanto, o processo dos suportes digitais e digitalizados na realidades das nossas bibliotecas. Este processo encontra-se mais desenvolvido nas BUP.

Tabela III-21: Tipo de suportes disponibilizados

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Tipos de suporte disponibilizados** | **Respostas** | |
| **(N)** | **(%)** |
| Manuscritos | 63 | 29,6% |
| Impressos | 201 | 94,4% |
| Digitais | 124 | 582% |
| Digitalizados | 88 | 41,3% |
| *CD-ROM* | 185 | 86,9% |
| *DVD* | 181 | 85 % |
| Áudio | 153 | 71,8% |
| Vídeo | 171 | 80,3% |
| Total | 213 | |

Quanto aos manuscritos, constatámos que se encontram mais em evidência as BM1 com 17 respostas (23,3%) e as BUP com 17 respostas (25,8%). Nos materiais impressos, o destaque incide sobre as BM1 com 68 respostas (93,2%), as BUP com 64 respostas (97%), as BM2 com 40 respostas (93%) e as BUPR com 8 respostas (88,9%). A nível dos suportes digitais, as BUP apresentam como resultados 54 respostas (81,8%), as BM1 31 respostas (42,5%) e as BUPR 7 respostas (77,8%). Nos documentos digitalizados, as bibliotecas que apresentam valores mais elevados são as BUP com 34 (51,5%), as BM2 com 18 (41,9%) e as BUPR com 7 respostas (77,8%). Quanto aos novos suportes como os *CD-ROM*, *DVD,* documentos áudio e vídeo, predominam as BM1, as BM2 e as BUP. Este facto encontra-se relacionado com o público a que estão vocacionadas. No que se refere aos suportes digitais, destacam-se as BM1, as BM2, as BUP e as BUPR, não apenas pelo tipo de público, mas também, pelas políticas de aquisição digital e de digitalização.

Deste modo, nas bibliotecas ainda predominam os tipos de suporte impressos, mas comprovámos a crescente importância dos novos tipos de suporte como os *CD-ROM*, *DVD*, documentos áudio e vídeo. Também não podemos deixar de referir o crescimento e a importância dos suportes digitais e digitalizados, que cada vez mais fazem parte da realidade das bibliotecas.

Tabela III-22: Tipologia da biblioteca e tipos de suporte disponibilizados

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tipos de suporte disponibilizados** | **Tipologia da biblioteca** | | | | | **Respostas** | |
| **BM1**  N  (%) | **BM2**  N  (%) | **BM3**  N  (%) | **BUP**  N  (%) | **BUPR**  N  (%) | **(N)** | **(%)** |
| Manuscritos | **17**  (23,3) | 10  (23,3) | 15  (68,2) | **17**  (25,8) | 4  (44,4) | 62 | 29,6 |
| Impressos | **68**  (93,2) | **40**  (93) | 21  (95,5) | **64**  (97) | **8**  (88,9) | 201 | 94,8 |
| Digitais | **31**  (42,5) | 21  (48,8) | 11  (50) | **54**  (81,8) | **7**  (77,8) | 124 | 58,8 |
| Digitalizados | 16  (21,9) | **18**  (41,9) | 13  (59,1) | **34**  (51,5) | **7**  (77,8) | 88 | 41,7 |
| *CD-ROM* | **61**  (83,6) | **39**  (90,7) | 17  (77,3) | **61**  (92,4) | **7**  (77,8) | 185 | 86,7 |
| *DVD* | **60**  82,2) | **41**  (95,3) | 20  (90,9) | **52**  (78,8) | **8**  (88,9) | 181 | 85,3 |
| Áudio | **55**  (75,3) | **39**  (90,7) | 19  (86,4) | 33  (50) | **7**  (77,8) | 153 | 72,0 |
| Vídeo | **62**  (84,9) | **39**  (90,7) | 19  (86,4) | **44**  (66,7) | **7**  (77,8) | 171 | 80,1 |

*Serviços disponibilizados*

Procurámos com esta questão conhecer o tipo de serviços disponibilizados nas bibliotecas. Enunciámos alguns serviços que considerámos como essenciais ao seu bom funcionamento, como o empréstimo domiciliário (93%), a pesquisa bibliográfica (90,6%), os serviços de referência e atendimento tradicionais (87,8%), o serviço de fotocópias (86,9%), o acesso *wireless* (67,1%), o serviço de digitalização (58,2%), a biblioteca digital (24,4%), os serviços de referência e atendimento virtuais (37,6%) e o serviço de microfilmagem (2,8%).

Quanto à opção ‘outros’, que também foi considerada (8%), incluía por exemplo: o acesso à *B-On*, o empréstimo interbibliotecário, os recursos educativos, a biblioteca itinerante, serviços de promoção do livro e da leitura, o equipamento Braille, entre outros.

Tabela III-23: Serviços disponibilizados nas bibliotecas

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Serviços disponibilizados nas bibliotecas** | **Respostas** | |
| **(N)** | **(%)** |
| Pesquisa bibliográfica | 193 | 90,6% |
| Empréstimo domiciliário | 198 | 93% |
| Serviço de fotocópias | 185 | 86,9% |
| Serviço de digitalização | 124 | 58,2% |
| Serviço de microfilmagem | 6 | 2,8% |
| Serviços de referência e atendimento tradicionais | 187 | 87,8% |
| Serviços de referência e atendimento virtuais | 80 | 37,6% |
| Biblioteca digital | 52 | 24,4% |
| Acesso *Wireless* | 143 | 67,1% |
| Outros (especifique, por favor) | 17 | 8% |
| Total | 213 | |

De acordo com a tipologia das bibliotecas, confirmámos que a pesquisa bibliográfica, o empréstimo domiciliário, o serviço de fotocópias e os serviços de referência e atendimento tradicionais constituem serviços disponibilizados pela maior parte das bibliotecas, independentemente da sua tipologia. São fundamentais para o bom funcionamento da instituição e contribuem para que esta cumpra o papel na comunidade. Convém realçar o crescimento dos serviços de referência e atendimento virtuais, dos serviços da biblioteca digital e do acesso *wireless*, mais concretamente nas BUP e nas BUPR. Este facto significa que as universidades portuguesas acompanham ou tentam acompanhar, mau grado alguns entraves, o desenvolvimento tecnológico da sociedade de informação, promovendo o ensino e a investigação e divulgando a produção científica.

Tabela III-24: Tipologia da biblioteca e serviços disponibilizados nas bibliotecas

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Serviços disponibilizados nas bibliotecas** | **Tipologia da biblioteca** | | | | | **Respostas** | |
| **BM1**  N  (%) | **BM2**  N  (%) | **BM3**  N  (%) | **BUP**  N  (%) | **BUPR**  N  (%) | **(N)** | **(%)** |
| Pesquisa bibliográfica | **60**  (82,2) | **39**  (90,7) | **21**  (95,5) | **66**  (100) | **7**  (77,8) | 193 | 90,5 |
| Empréstimo domiciliário | **69**  (94,5) | 40  (93) | **20**  (90,9) | **62**  (93,9) | **7**  (77,8) | 198 | 92,9 |
| Serviço de fotocópias | **61**  (83,6) | **39**  (90,7) | **19**  (86,4) | **58**  (87,9) | **8**  (88,9) | 185 | 87,2 |
| Serviço de digitalização | **44**  (60,3) | 22  (51,2) | **18**  (81,8) | **33**  (50) | **7**  (77,8) | 124 | 58,3 |
| Serviço de microfilmagem | 2  (2,7) | 2  (4,7) | 0  (0) | 2  (3) | 0  (0) | 6 | 2,8 |
| Serviços de referência e atendimento tradicionais | **60**  (82,2) | **38**  (88,4) | **18**  (81,8) | **63**  (95,5) | **8**  (88,9) | 187 | 87,7 |
| Serviços de referência e atendimento virtuais | 11  (15,1) | 13  (30,2) | 11  (50) | **40**  (60,6) | 5  (37,6) | 80 | 37,4 |
| Biblioteca digital | 3  (4,1) | 6  (14) | 4  (18,2) | **32**  (48,5) | **7**  (77,8) | 52 | 24,2 |
| Acesso *wireless* | **37**  (50,7) | 24  (55,8) | **18**  (81,8) | **57**  (86,4) | **7**  (77,8) | 143 | 66,8 |
| Outros (especifique, por favor) | 3  (4,1) | 2  (4,7) | 3  (13,6) | 8  (12,1) | 1  (8) | 17 | 8,1 |

*Fundos documentais digitalizados*

Queríamos saber se as bibliotecas inquiridas dispunham de algum fundo documental digitalizado. A maioria respondeu que não possuíam fundos digitais (63,0%). Uma minoria (37%) afirmou que possuía fundos digitalizados. Esta situação demonstra que ainda existe muito trabalho a fazer, para sensibilizar as bibliotecas para a necessidade da criação destes fundos.

Figura III-8: Fundos documentais digitalizados (N=213)

No que diz respeito aos fundos digitalizados, destacámos a prevalência do *não* em quase todas as bibliotecas inquiridas, principalmente nas BM1 com 61 respostas *não* (83,6%) e nas BUP com 34 respostas *não* (51,5%). Nestas bibliotecas verificámos um esforço quanto a esta questão da digitalização. As respostas entre o *sim* e o *não* possuem uma pequena margem − *sim*: 32 (48,5%); *não*: 34 (51,5%). Este facto vem reforçar a importância crescente dos fundos digitais nas coleções das bibliotecas e da digitalização dos fundos documentais.

Tabela III-25: Tipologia da biblioteca e fundos documentais digitalizados

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Fundos documentais digitalizados** | **Tipologia da biblioteca** | | | | | **Respostas** | |
| **BM1**  N  (%) | **BM2**  N  (%) | **BM3**  N  (%) | **BUP**  N  (%) | **BUPR**  N  (%) | **(N)** | **(%)** |
| Sim | 12  (16,4) | 12  (27,9) | 16  (72,7) | **32**  (48,5) | 7  (77,8) | 79 | 37,0 |
| Não | **61**  (83,6) | 31  (72,1) | 6  (27,3) | **34**  (51,5) | 2  (22,2) | 134 | 63,0 |
| Total | | | | | | 213 | 100 |

*Tipologia dos fundos digitalizados*

As bibliotecas que procederam à digitalização dos seus fundos documentais assinalaram os tipos de fundos que foram digitalizados: *atuais* (23,8%) e *antigos* (14,3%). Para grande número das bibliotecas (48,7%) esta questão não se aplicava, pois não tinham procedido à digitalização de nenhum fundo das suas coleções.

Na rubrica ‘outros’ foram indicados alguns exemplos (14,5%), nomeadamente, as publicações periódicas, as teses de doutoramento e as dissertações de mestrado, os resumos de teses de mestrado e de doutoramento, o repositório, as fotografias, o fundo local, o apoio escolar, os documentos digitalizados, os postais, os cartazes, as notícias locais da imprensa nacional e regional, etc.

Figura III-9: Tipologia dos fundos digitalizados (N=173)

A relação entre a tipologia da biblioteca e os fundos digitalizados é muito significativa, em virtude de permitir conhecer as próprias políticas de cada biblioteca e os processos da digitalização. A tendência das respostas situa-se pelo domínio do *não*: 92 respostas (48,7%) revertem para o *não se aplica*. Mau grado os resultados serem favoráveis ao *não*, constata-se que nas BUP encontramos os valores mais elevados relativamente aos tipos de fundos digitalizados. Isto revela a existência de políticas de digitalização das bibliotecas, principalmente das BUP, quer relativamente aos fundos antigos, quer aos fundos atuais.

Esta situação pode indiciar políticas de preservação digital de fundos antigos e a constituição de bibliotecas digitais atuais, quer através da digitalização das obras, quer através da sua aquisição em formato digital. As BUPR seguem esta tendência, principalmente a nível dos fundos atuais.

A digitalização dos fundos antigos pode não resultar apenas e só de uma política de preservação digital e de conservação dos originais, mas sim da não existência de constrangimentos legais, o que não acontece com os fundos atuais, que estão sujeitos à legislação sobre o direito de autor.

Tabela III-26: Tipologia da biblioteca e tipos de fundos digitalizados

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tipos de fundos digitalizados** | **Tipologia da biblioteca** | | | | | **Respostas** | |
| **BM1**  N  (%) | **BM2**  N  (%) | **BM3**  N  (%) | **BUP**  N  (%) | **BUPR**  N  (%) | **(N)** | **(%)** |
| Acuais | 5  (9,1) | 11  (31,4) | **9**  (47,4) | **15**  (27,3) | **5**  (55,6) | 45 | 23,8 |
| Antigos | 3  (5,5) | 6  (17,1) | 1  (5,3) | **14**  (25,5) | 3  (33,3) | 27 | 14,3 |
| Não se aplica | **45**  (81,8) | **19**  (54,3) | 4  (21,1) | **22**  (40) | 2  (22,2) | 92 | 48,7 |
| Outros (especifique, por favor) | 2  (3,6) | 6  (17,1) | 5  (26,3) | 11  (20) | 1  (11,1) | 25 | 13,2 |

*Acessibilidade aos fundos digitalizados*

A maioria das bibliotecas respondeu que a questão da acessibilidade não se aplicava (60,6%), porque não possuíam nas suas coleções fundos digitalizados. Mas algumas apresentavam coleções com os referidos fundos e aplicavam restrições ao acesso aos mesmos (23,5%). Outras bibliotecas, apesar de parte dos seus fundos serem digitalizados, não aplicavam restrições (16%). Propusemos uma possibilidade de comentários e obtivemos algumas respostas, realçando a questão da salvaguarda do património e os critérios de raridade, de domínio público e do estado de conservação dos originais, entre outros aspetos.

O facto de existirem fundos digitalizados não significa que o acesso a esses fundos seja livre. Por vezes, as bibliotecas estabelecem determinadas restrições na acessibilidade aos mesmos.

Figura III-10: Acessibilidade aos fundos digitalizados (N=213)

De acordo com a tipologia das bibliotecas, as respostas obtidas incidem mais sobre a situação em que não se aplica, devido ao facto de a maior parte das instituições não possuírem fundos digitalizados ou no caso em que os projetos de digitação se encontram numa fase inicial.

Dos resultados obtidos podemos destacar: BM1 com 60 respostas (82,2%), BM2 com 26 respostas (60,5%), BM3 com 9 respostas (40,9%), BUP com 32 respostas (48,5%) e BUPR com 2 respostas (22,2%).

Convém referir que, nas BUP e BUPR a situação inverte-se. Estas bibliotecas, na sua maioria, dispõem os fundos digitalizados ao público sem restrições.

Tabela III-27: Tipologia da biblioteca e acessibilidade aos fundos digitalizados

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Acessibilidade aos fundos digitalizados** | **Tipologia da biblioteca** | | | | | **Respostas** | |
| **BM1**  N  (%) | **BM2**  N  (%) | **BM3**  N  (%) | **BUP**  N  (%) | **BUPR**  N  (%) | **(N)** | **(%)** |
| Sim | 8  (11) | 12  (27,9) | 4  (18,2) | **22**  (33,3) | **4**  (44,4) | 50 | 23,5 |
| Não | 5  (6,8) | 5  (11,6) | 9  (40,9) | 12  (18,2) | 3  (33,3) | 34 | 16,0 |
| Não se aplica | **60**  (82,2) | **26**  (60,5) | **9**  (40,9) | **32**  (48,5) | 2  (22,2) | 129 | 60,6 |
| Total | | | | | | 213 | 100 |

*Projeto de digitalização dos fundos*

Questionámos as bibliotecas de modo a saber da existência ou não de projetos de digitalização. A maioria respondeu afirmativamente (69,8%), contra 30,2% de respostas negativas. Muito embora estes projetos, em muitas bibliotecas, estejam em fase de preparação ou de execução.

Constata-se que em muitas bibliotecas existem projetos de digitalização de fundos e ao mesmo tempo o depósito de documentos científicos (repositório científico) que pode ou não envolver a digitalização dos documentos.

Nas BUP, como, por exemplo, na Universidade de Coimbra, o projeto de digitalização de um vasto acervo de obras publicadas até inícios do século XX e que integravam o património bibliográfico e documental de diversas faculdades e da Biblioteca Geral deu origem à constituição de uma biblioteca digital denominada *Alma Mater*. Esta Universidade implementou ainda o *Estudo Geral*, que consiste no repositório digital da sua produção científica, projeto esse que se encontra em fase de concretização e que tem como objetivo permitir o acesso aos conteúdos digitais de natureza científica de autores da universidade (teses de mestrado e doutoramento, artigos científicos, etc.). A sua criação insere-se no movimento de *Open Acess* à literatura científica.

A Universidade Nova de Lisboa possui também o seu repositório (RUN), que pretende recolher, armazenar, gerir, preservar e permitir o acesso à produção intelectual da universidade.

A Universidade do Porto apresenta uma biblioteca virtual, uma biblioteca aberta do ensino superior para estudantes com necessidades educativas especiais e, ainda, o seu repositório com a produção científica da universidade. Mas, a nível dos fundos antigos, esta universidade também procedeu ao tratamento e à digitalização das suas coleções.

Quanto às BUPR, podemos referir a Universidade Católica que dispõe para a comunidade científica do repositório da produção científica dos seus investigadores e que permite o acesso a uma biblioteca digital, com publicações periódicas, teses, etc.

A Universidade Portucalense disponibiliza igualmente o repositório com a produção científica da universidade, como teses, artigos, trabalhos, entre outros e permite a consulta de vários recursos eletrónicos, como revistas em linha, diretórios de recursos, bases de dados, bibliotecas digitais e catálogos bibliográficos.

Quanto às bibliotecas públicas, encontram-se inseridas nos processos de informatização dos próprios municípios e os projetos de digitalização resultam muitas vezes do ambiente tecnológico em que se encontram inseridas e das políticas que desenvolvem, por exemplo na digitalização de determinados fundos locais ou de certos documentos.

Figura III-11: Projetos de digitalização dos fundos (N=192)

No que concerne à distribuição segundo a tipologia, verificámos que predominam os projetos de digitalização nas BUP, com 45 respostas (75%), nas BUPR, com 7 respostas (87,5%) e nas BM1, com 37 respostas (57,8%).

Tabela III-28: Tipologia da biblioteca e projetos de digitalização dos fundos

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Projetos de digitalização dos fundos** | **Tipologia da biblioteca** | | | | | **Respostas** | |
| **BM1**  N  (%) | **BM2**  N  (%) | **BM3**  N  (%) | **BUP**  N  (%) | **BUPR**  N  (%) | **(N)** | **(%)** |
| Sim | **37**  (57,8) | **30**  (73,2) | 15  (78,9) | **45**  (75) | **7**  (87,5) | 134 | 69,5 |
| Não | 27  (42,2) | 11  (26,8) | 4  (21,1) | 15  (25) | 1  (12,5) | 58 | 30,5 |
| Total | | | | | | 192 | 100 |

*Aquisição de livros em formato digital*

Os livros em formato digital são em número cada vez maior e cabe às bibliotecas proceder a políticas de aquisição que conduzam à sua compra. Procurámos apurar o ‘peso’ dos referidos livros em formato digital tendo concluído que na maior parte das bibliotecas ainda não se adquirem neste tipo de formato (56,3%). Somente 43,7% das respostas obtidas confirmam a aquisição dos mesmos. É natural que este dado se altere com a passagem do tempo, pelo aumento da oferta neste domínio.

Figura III-12: Aquisição de livros em formato digital (N=197)

Analisando a tipologia, podemos afirmar que a grande maioria das bibliotecas públicas apresentam um quadro onde a aquisição de livros em formato digital ainda não é uma realidade.

Quanto às BUP, com 34 respostas (57,6%) e às BUPR, com 7 respostas (87,5%), apurámos que existe já uma política de aquisição de livros em formato digital. Este facto relaciona-se com o tipo de público a que se destinam e com a investigação e o ensino.

Contudo, nas BM1, com 50 respostas (73,5%), nas BM2, com 25 respostas (58,1%) e nas BM3, com 10 respostas (52,6%), apurámos a tendência para a prática da não aquisição de livros em formato digital.

Tabela III-29: Tipologia da biblioteca e aquisição de livros em formato digital

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Aquisição de livros em formato digital** | **Tipologia da biblioteca** | | | | | **Respostas** | |
| **BM1**  N  (%) | **BM2**  N  (%) | **BM3**  N  (%) | **BUP**  N  (%) | **BUPR**  N  (%) | **(N)** | **(%)** |
| Sim | 18  (26,5) | 18  (41,9) | 9  (47,4) | **34**  (57,6) | **7**  (87,5) | 86 | 43,6 |
| Não | **50**  (73,5) | **25**  (58,1) | **10**  (52,6) | 25  (42,4) | 1  (56,3) | 111 | 56,4 |
| Total | | | | | | 197 | 100 |

*Utilização dos livros em formato digital*

Na quase totalidade das bibliotecas (79,1%), não se aplica esta questão, em virtude de não disporem de livros em formato digital. Apenas uma minoria das bibliotecas os disponibiliza, sendo que 15,6% permite a sua utilização apenas na sala de leitura e 5,2% autoriza o empréstimo domiciliário. Daqui se conclui que, apesar de os livros estarem em formato digital, a sua acessibilidade pode ser tanto ou mais condicionada do que se estivessem em formato analógico.

Figura III-13: Utilização de livros em formato digital (N=213)

Analisando os resultados tendo em conta a tipologia das bibliotecas, verificámos que, apesar de não se aplicar na maior parte das instituições, nos casos em que se concretiza, a utilização é permitida na sala de leitura e nalguns casos para empréstimo domiciliário.

Dos resultados obtidos, destacámos as BUP, com 18 respostas (27,3%) onde já se constata uma tendência para a utilização de livros em formato digital, principalmente nas salas de leitura. Esta utilização será condicionada a este espaço e a uma consulta presencial, não sendo possível o empréstimo domiciliário. A natureza do formato altera-se, mas os condicionalismos da acessibilidade mantêm-se ou tornam-se mais exigentes.

Tabela III-30: Tipologia da biblioteca e regime de utilização de livros em formato digital

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Regime de utilização de livros em formato digital** | **Tipologia da biblioteca** | | | | | **Respostas** | |
| **BM1**  N  (%) | **BM2**  N  (%) | **BM3**  N  (%) | **BUP**  N  (%) | **BUPR**  N  (%) | **(N)** | **%** |
| Sala de leitura | 3  (4,1) | 3  (7) | 7  (31,8) | **18**  (27,3) | 2  (22,2) | 33 | 15,6 |
| Empréstimo domiciliário | 5  (6,8) | 2  (4,7) | 2  (9,1) | 2  (3) | 0  (0) | 11 | 5,2 |
| Não se aplica | **65**  (89) | 38  (88,4) | 13  (59,1) | **46**  (69,7) | 7  (77,8) | 169 | 79,1 |
| Total | | | | | | 213 | 100 |

*Política de preservação digital*

Para a preservação e conservação dos fundos digitais, as bibliotecas podem desenvolver uma política de preservação digital. O material em suporte digital também se deteriora e tem uma duração limitada no tempo. Ainda não se conhece bem a sua durabilidade, mas é importante que se definam políticas de preservação e de conservação, tanto mais que certos materiais em suporte digital ficam rapidamente obsoletos com o desenvolvimento tecnológico. Urge, assim, efetuar cópias para novos formatos, de modo a evitar perdas de documentação. Contudo, a maior parte das bibliotecas (79,3%) não possui qualquer tipo de política de preservação digital, o que não é de estranhar, na medida em que não possui material nesse tipo de suporte. Apenas 20,7% das instituições respondentes apresentam uma política de preservação.

Figura III-14: Política de preservação digital (=193)

A política de preservação ainda não é uma realidade muito significativa nos vários tipos de bibliotecas. Contudo, nas BUP e BUPR verifica-se já uma certa preocupação por estas questões de preservação.

Tabela III-31: Tipologia da biblioteca e política de preservação digital

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Política de preservação digital** | **Tipologia da biblioteca** | | | | | **Respostas** | |
| **BM1**  N  (%) | **BM2**  N  (%) | **BM3**  N  (%) | **BUP**  N  (%) | **BUPR**  N  (%) | **(N)** | **(%)** |
| Sim | 5  (7,9) | 7  (16,7) | 8  (40) | **15**  (25,4) | **5**  (55,6) | 40 | 20,9 |
| Não | **58**  (92,1) | **35**  (83,3) | **12**  (60) | **44**  (74,6) | 4  (44,4) | 153 | 79,1 |
| Total | | | | | | 193 | 100 |

*Disponibilização da informação nas bibliotecas*

Pretendemos obter um conhecimento sobre a informação que é disponibilizada nas bibliotecas. Enumerámos alguns meios passíveis de difundir a informação, tais como: página *Web* (74,4%), catálogo em linha de acesso público (*OPAC*) (69,2%), *internet* (27,5%), portal (24,2%), repositório (23,2%) e arquivo digital em texto integral (8,1%). Considerámos uma opção ‘outros’ (14,2%), onde foram referenciados mais meios utilizados pelas bibliotecas, como as páginas das Câmaras Municipais, os *e-mails*, os *blogues*, o *facebook*, etc.

Tabela III-32: Disponibilização da informação nas bibliotecas

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Disponibilização da informação nas bibliotecas** | **Respostas** | |
| **(N)** | **(%)** |
| Página Web | 157 | 74,4% |
| Portal | 51 | 24,2% |
| Intranet | 58 | 27,5% |
| Arquivo digital em texto integral | 17 | 8,1% |
| Repositório | 49 | 32,2% |
| Catálogo em linha de acesso público (OPAC) | 146 | 69,2% |
| Outros (especifique, por favor) | 30 | 14,2% |
| Total | 211 | |

De acordo com a tipologia das bibliotecas, a disponibilização da informação das BM1 e das BUP predomina nas páginas *Web* e no catálogo em linha de acesso público (*OPAC*).

Convém destacar a importância crescente do repositório nas BUP e BUPR, principalmente das teses de mestrado, das teses de doutoramento e da produção científica dos investigadores e docentes da comunidade científica.

Em todas as bibliotecas, pudemos verificar a predominância da disponibilização da informação através das páginas *Web* e do catálogo em linha de acesso público (*OPAC*).

Tabela III-33: Tipologia da biblioteca e disponibilização da informação nas bibliotecas

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Disponibilização da informação nas bibliotecas** | **Tipologia da biblioteca** | | | | | **Respostas** | |
| **BM1**  N  (%) | **BM2**  N  (%) | **BM3**  N  (%) | **BUP**  N  (%) | **BUPR**  N  (%) | **(N)** | **(%)** |
| Página *Web* | **43**  (58,9) | **31**  (72,1) | **14**  (66,7) | **61**  (93,2) | **8**  (88,9) | 157 | 73,9 |
| Portal | 11  (15,5) | 9  (20.9) | 6  (28,6) | **22**  (33,8) | 3  (33,3) | 51 | 23,7 |
| *Intranet* | **18**  (24,7) | 9  (20,9) | 5  (23,8) | **21**  (32,3) | 5  (55,6) | 58 | 27,5 |
| Arquivo digital em texto integral | 3  (4,1) | 1  (2,3) | 3  (14,3) | 9  (13,8) | 1  (11,1) | 17 | 7,6 |
| Repositório | 2  (2,7) | 3  (7) | 1  (4,8) | **38**  (58,5) | 5  (55,6) | 49 | 22,7 |
| Catálogo em linha de acesso público (*OPAC*) | **37**  (50,7) | **26**  (60,5) | **14**  (66,7) | **63**  (96,9) | **6**  (66,7) | 147 | 69,2 |
| Outros (especifique, por favor) | 10  (13,7) | 6  (14) | 5  (23,8) | 6  (9,2) | 3  (33,3) | 31 | 14,7 |

**3. Controlo da cópia**

*Utilização de fotocopiadoras em regime de self-service*

Mais de metade das bibliotecas inquiridas não permite a utilização de fotocopiadoras em regime de *self-service* (59,6%). Apenas 40,3% daquelas o autoriza. A diferença não é muito significativa, mas certamente está de acordo com a tipologia das bibliotecas e com as suas próprias políticas de controlo da cópia.

A utilização das máquinas de *self-service* é um indicador do tipo de controlo da cópia que uma biblioteca efetua.

Figura III-15: Utilização de fotocopiadoras *self-service* (N=208)

É interessante notar a diferença de políticas de acordo com a tipologia das bibliotecas. A grande maioria das BM1 e BM2 não disponibiliza este tipo de equipamentos.

As BUP e as BUPR apresentam a tendência contrária. Permitem a utilização deste tipo de máquinas, não podendo controlar as cópias efetuadas. Pode ser um meio vantajoso para os alunos e investigadores, mas representa um obstáculo ao controlo das cópias pela biblioteca.

No caso das BM3, o *sim* predomina em relação às outras bibliotecas públicas. Pode tratar-se de um mero acaso, ou de uma tendência contrária. Não podemos esquecer que as BM3 são bibliotecas que servem comunidades mais populosas e com outras necessidades de informação.

Tabela III-34: Tipologia da biblioteca e utilização de fotocopiadoras *self-service*

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Utilização de fotocopiadoras *self-service*** | **Tipologia da biblioteca** | | | | | **Respostas** | |
| **BM1**  N  (%) | **BM2**  N  (%) | **BM3**  N  (%) | **BUP**  N  (%) | **BUPR**  N  (%) | **(N)** | **(%)** |
| Sim | 8  (11,3) | 11  (26,2) | **12**  (57,1) | **47**  (72,3) | **6**  (66,7) | 84 | 40,3 |
| Não | **63**  (88,7) | **31**  (73,8) | 9  (42,9) | 18  (27,7) | 3  (33,3) | 124 | 59,6 |
| Total | | | | | | 208 | 100 |

*Materiais utilizados na sala de leitura*

No universo das bibliotecas inquiridas, procurámos conhecer o tipo de materiais que podem ser utilizados na sala de leitura, o que pode dar-nos informações sobre o controlo de cópias. Propusemos quatro opções: *flash drives* (*pens*) ou semelhantes (89,5%), *CD-ROM* (65,6%), *DVD* (53,6%) e os *scanners* (32,1%).

Figura III-16: Materiais utilizados na sala de leitura (N=211)

É interessante constatar que, apesar das BM1 e BM2 não disponibilizarem fotocopiadoras em regime de *self-service*, nada têm a obstar em relação ao uso de *flash drives* (*pens*), *scanners* e afins, o que significa a possibilidade de cópia digital ou de material digital ou mesmo de material analógico. Com efeito, todos estes materiais que podem ser utilizados na sala de leitura permitem a execução de cópias sem qualquer controlo por parte da biblioteca.

Fica por explicar a que se deve esta diferença no que concerne à possibilidade de execução de cópia.

Estas bibliotecas exercem um controlo sobre as cópias não autorizando a disponibilização de máquinas fotocopiadoras nas suas instalações. Mas, quando permitem a utilização de certos materiais nas suas salas de leitura, materiais esses que são passíveis de realizarem cópias, deixam de poder exercerem o controlo sobre as cópias.

Tabela III-35: Tipologia da biblioteca e materiais utilizados na sala de leitura

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Materiais utilizados na sala de leitura** | **Tipologia da biblioteca** | | | | | **Respostas** | |
| **BM1**  N  (%) | **BM2**  N  (%) | **BM3**  N  (%) | **BUP**  N  (%) | **BUPR**  N  (%) | **(N)** | **(%)** |
| *Flash drives* (*pens*) ou semelhantes | **65**  (90,3) | **37**  (86) | **19**  (86,4) | **59**  (90,8) | **8**  (88,9) | 188 | 89,1 |
| *Scanners* | **27**  (37,5) | 16  (37,2) | 6  (27,3) | 18  (27,7) | 1  (11,1) | 68 | 32,2 |
| *CD-ROM* | **45**  (62,5) | **36**  (83,7) | 12  (54,5) | **40**  (61,5) | **6**  (66,7) | 139 | 65,9 |
| *DVD* | **37**  (51,4) | **32**  (74,4) | 10  (45,5) | **30**  (46,2) | 4  (44,4) | 113 | 53,6 |

*Fotocópia de artigos científicos*

As bibliotecas podem facultar fotocópias de artigos científicos e mais de metade das inquiridas efetua esta tarefa (57,3%).

Figura III-17: Cópias de artigos científicos (N=206)

Tal como tínhamos antecipado, esta questão respeita sobretudo às bibliotecas universitárias que registam os valores mais elevados em relação àquelas que não o fazem. O destaque incide sobre as BUP com 45 respostas afirmativas (70,3%). As BUPR apresentam 7 respostas (77,8%), mas convém referir que no seu todo são em muito menor número do que as BUP. As bibliotecas públicas já começam a realizar a cópia de artigos científicos, como demonstram os resultados obtidos.

Tabela III-36: Tipologia da biblioteca e disponibilização de cópias de artigos científicos

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Cópias de artigos científicos** | **Tipologia da biblioteca** | | | | | **Respostas** | |
| **BM1**  N  (%) | **BM2**  N  (%) | **BM3**  N  (%) | **BUP**  N  (%) | **BUPR**  N  (%) | **(N)** | **(%)** |
| Sim | 31  (43,7) | **22**  (52,4) | **13**  (65) | **45**  (70,3) | **7**  (77,8) | 118 | 57,3 |
| Não | **40**  (56,3) | 20  (47,6) | 7  (35) | 19  (29,7) | 2  (22,2) | 88 | 42,7 |
| Total | | | | | | 206 | 100 |

*Cópias integrais de bibliografia corrente*

As bibliotecas podem realizar cópias integrais de bibliografia atual. No entanto, a quase totalidade das instituições não as fornece (91,8%) e apenas uma pequena parte se preocupa com estas cópias (8,2%).

Figura III-18: Cópias de bibliografia corrente (N=207)

O facto de a quase totalidade das bibliotecas não efetuar cópias integrais da bibliografia corrente pode ser explicado por uma política própria das instituições, não permitindo cópias integrais, mesmo desta bibliografia. Estas políticas podem ser um indício de boa aplicação da legislação sobre direitos de autor. Todas as respostas apontam para um grande domínio do *não*, inclusivamente nas bibliotecas universitárias.

A maior parte das bibliotecas não efetua cópias da bibliografia corrente, mas permite a existência de fotocopiadoras *self-service* e a utilização de certos materiais na sala de leitura, como *flash drives* (*pens*), *scanners*, etc. Parece que estamos perante uma situação contraditória. Por um lado, as bibliotecas não procedem à realização de cópias da bibliografia corrente, mas por outro lado, disponibilizam os meios para que essas cópias possam ser realizadas. Mas importa referir que estes equipamentos não se prestam apenas para utilizações ilegítimas.

Tabela III-37: Tipologia da biblioteca e disponibilização de cópias integrais da bibliografia corrente

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Cópias integrais da bibliografia corrente** | **Tipologia da Biblioteca** | | | | | **Respostas** | |
| **BM1**  N  (%) | **BM2**  N  (%) | **BM3**  N  (%) | **BUP**  N  (%) | **BUPR**  N  (%) | **(N)** | **(%)** |
| Sim | 4  (5,6) | 7  (16,7) | 3  (14,3) | 2  (3,1) | 1  (11,1) | 17 | 8,2 |
| Não | **67**  (94,4) | 35  (83,3) | 18  (85,7) | **62**  (96,9) | 8  (88,9) | 190 | 91,8 |
| Total | | | | | | 207 | 100 |

**4. Direitos de Autor**

Esta parte tem por objetivo analisar o posicionamento da biblioteca face aos direitos de autor.

*Informação sobre a legislação de direitos de autor*

Com esta questão pretendemos conhecer a realidade das bibliotecas sobre o universo dos direitos de autor. Um aspeto relevante consiste em saber se as bibliotecas disponibilizam informação sobre a legislação em vigor neste domínio. Se, por exemplo, está afixada alguma informação. Das respostas obtidas, a maioria recaiu sobre o *não* (67,9%) e uma parte respondeu *sim* (32,1%). Este facto demonstra que os serviços das bibliotecas ainda não estão muito sensibilizados para a questão do direito de autor e para a importância de informar os seus utilizadores a respeito deste assunto.

Figura III-19: Informação sobre a legislação de direitos de autor (N=156)

Verificámos que não existem diferenças significativas nas respostas a esta questão para os diferentes tipos de biblioteca. A maior parte não possui qualquer informação referente à legislação de direito de autor. Contudo, já existem algumas que já as têm nas suas instalações, principalmente, nos casos das bibliotecas BUP e BUPR e das BM1.

Esta situação prende-se, talvez, com um certo desconhecimento da legislação, com a própria política da biblioteca, com a falta de sensibilização dos profissionais para este domínio e muitos outros fatores. A verdade é que a inexistência de informação sobre a referida legislação não sensibiliza o utilizador para esta questão e para o cumprimento deste direito.

Tabela III-38: Tipologia da biblioteca e divulgação da informação sobre a legislação de DA

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Divulgação da informação sobre a legislação de DA** | **Tipologia da biblioteca** | | | | | **Respostas** | |
| **BM1**  N  (%) | **BM2**  N  (%) | **BM3**  N  (%) | **BUP**  N  (%) | **BUPR**  N  (%) | **(N)** | **%** |
| Sim | 11  (21,6) | 7  (20) | 9  (50) | 19  (42,2) | **4**  (57,1) | 50 | 32,1 |
| Não | **40**  (78,4) | **28**  (80) | 9  (50) | **26**  (57,8) | 3  (42,9) | 106 | 67,9 |
| Total | | | | | | 156 | 100 |

*Equipamentos passíveis de utilizar na realização das cópias*

Importava conhecer as indicações existentes nas bibliotecas sobre o tipo de equipamentos que podem ser utilizados na execução de cópias. Considerámos o seguinte equipamento: fotocópias (91,6%), *flash drives* (*pens*) (33,5%), *scanners* (30,3%) e por fim os *CD-ROM* (20,6%).

Figura III-20: Equipamentos utilizados na realização de cópias (N=156)

As fotocópias destacam-se em todos os tipos de bibliotecas, principalmente nas BM1, nas BM2, nas BUP e nas BUPR. Quanto aos outros materiais convém referenciar o uso mais frequente de *flash drives* (*pens*) e dos *scanners*. Este facto pode constituir um meio de realização de cópias.

Tabela III-39: Tipologia da biblioteca e equipamentos utilizados na execução de cópias

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Equipamentos passíveis de utilizar na execução de cópias** | **Tipologia da biblioteca** | | | | | **Respostas** | |
| **BM1**  N  (%) | **BM2**  N  (%) | **BM3**  N  (%) | **BUP**  N  (%) | **BUPR**  N  (%) | **(N)** | **(%)** |
| Fotocópias | **44**  (86,3) | **31**  (88,6) | **18**  (100) | **43**  (95,6) | **7**  (100) | 143 | 91,7 |
| *CD-ROM* | 11  (21,6) | 9  (25,7) | 2  (11,1) | 10  (22,2) | 1  (14,3) | 33 | 21,2 |
| *Flash drives* (*pen*) | **19**  (37,3) | 11  (31,4) | 4  (22,2) | **18**  (40) | 1  (14,3) | 53 | 34 |
| *Scanners* | **22**  (43,1) | 8  (22,9) | 5  (27,8) | 12  (26,7) | 1  (14,3) | 48 | 30,8 |

*Conhecimento da atual legislação sobre direitos de autor*

Os conhecimentos dos profissionais da documentação (técnicos superiores) no domínio dos direitos de autor constituem um elemento bastante importante para compreender o enquadramento das bibliotecas nesta matéria. Questionámos esse nível de conhecimentos, solicitando que os validassem mediante uma escala (*Likert*) com 5 pontos de *muito mau* a *muito bom*.

Obtivemos um total de 156 respostas repartidas da seguinte forma: *nem bom/nem mau* - 70 (44,9%), *bom* - 65 (41,7%), *mau* - 13 (8,3%), *muito bom* - 6 (3,8%) e *muito mau* - 2 (1,3%). Constatámos que predominam as respostas que incidem sobre o *nem bom/nem mau* e sobre o *bom*.

De acordo com a tipologia das bibliotecas, tivemos a distribuição que podemos analisar na tabela seguinte.

Tabela III-40: Tipologia da biblioteca e conhecimentos sobre a atual legislação de direitos de autor

(1= Muito mau … 5= Muito bom)

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Conhecimentos sobre a atual legislação de direitos de autor** | | | | | | | | |
| **Tipologia** | **Frequência**  **N** | **Média** | **Desvio-padrão** | **1**  **N**  **(%)** | **2**  **N**  **(%)** | **3**  **N**  **(%)** | **4**  **N**  **(%)** | **5**  **N**  **(%)** |
| BM1 | 51 | 3,37 | 0,72 | 0  (0) | 4  (7,8) | **27**  **(52,9)** | 17  (33,3) | 3  (5,9) |
| BM2 | 35 | 3,40 | 0,77 | 0  (0) | 5  (14,3) | 12  (34,3) | **17**  **(48,6)** | 1  (2,9) |
| BM3 | 18 | 3,39 | 0,98 | 1  (5,6) | 2  (11,1) | 5  (27,8) | **9**  **(50)** | 1  (5,6) |
| BUP | 45 | 3,40 | 0,72 | 1  (2,2) | 2  (4,4) | **21**  **(46,7)** | 20  (44,4) | 1  (2,2) |
| BUPR | 7 | 3,29 | 0,49 | 0  (0) | 0  (0) | **5**  **(71,4)** | 2  (28,6) | 0  (0) |

Das respostas que obtivemos, podemos observar que a maior parte das respostas ficou compreendida entre o ponto 3 (*nem bom/nem mau*) e o ponto 4 (*bom*). Esta tendência manteve-se para todas as bibliotecas independentemente da sua tipologia.

De acordo com esta perspetiva de resultados, as BM1 apresentaram 27 respostas (52,9%) para o ponto 3 (*nem bom/nem mau*) e 17 respostas (33,3%) para o ponto 4 (*bom*), refletindo a tendência para um ponto neutro com a média de 3,37 e com o desvio-padrão de 0,72, o que evidencia uma dispersão muito baixa em comparação com os outros itens. As BM2 revelaram um predomínio do ponto 4 (*bom*) com 17 respostas (48,6%) e do ponto 3 (*nem bom/nem mau*) com 12 respostas (34,3%), com a média de 3,40 e com o desvio-padrão de 0,77. As BM3 indiciavam, também, uma atitude positiva com a tendência das respostas concentradas para o ponto 4 (*bom*) com 9 respostas (50%) e com 5 respostas (27,8%) para o ponto 3 (*nem bom/nem mau*), com a média de 3,39 e com o desvio-padrão de 0,98. As BUP apresentaram 21 respostas (46,7%) para o ponto 3 (*nem bom/nem mau*) e 20 respostas (44,4%) para o ponto 4 (*bom*), com a média de 3,40 e com o desvio-padrão de 0,72. Por fim, nas BUPR predominam as respostas no ponto 3 (*nem bom/nem mau*) com 5 respostas (71,4%), com a média de 3,29 e com o desvio-padrão de 0,49.

Podemos questionar o significado destas respostas. A solução talvez possa estar no próprio conhecimento da matéria por parte das pessoas inquiridas e nas opiniões não estruturadas sobre a questão. Estes resultados revelam que a maior parte dos profissionais da documentação manifestam poucos conhecimentos sobre a atual legislação de direitos de autor, embora a situação melhore nas BM1 e nas BM2.

Destacámos aqui o facto de as bibliotecas universitárias, que acompanham a investigação, a inovação e progresso tecnológico, proporcionando aos utilizadores uma panóplia de recursos eletrónicos e digitais para acederem à informação, apresentarem respostas que se situam, na sua maioria, no meio da escala apresentada (nem bom/nem mau). Estas respostas significam falta de conhecimento? Não possuem opinião sobre o assunto? Trata-se de uma situação contraditória, de difícil explicação.

*Direitos de Autor*

Procurámos que os intervenientes no inquérito se pronunciassem sobre algumas afirmações relativas à temática dos direitos de autor.

No que diz respeito à primeira afirmação − *as ações de sensibilização/formação sobre os direitos de autor são imprescindíveis para os utilizadores* − as respostas foram no sentido da concordância: *concordo totalmente* - 61 (39,1%), *nem concordo/nem discordo* - 47 (30,1%), *concordo* - 42 (26,9%), *discordo* - 4 (2,6%) e finalmente *discordo totalmente* - 2 (1,3%). Estes dados obtidos indiciaram que existe a preocupação pelas ações de sensibilização e de formação sobre o direito de autor, nomeadamente para o utilizador.

Tabela III-41: Tipologia das bibliotecas e opiniões quanto à afirmação ‘As ações de sensibilização/formação sobre os DA são imprescindíveis para os utilizadores’ (1= Discordo totalmente … 5= Concordo totalmente)

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **As ações de sensibilização/formação sobre os DA são imprescindíveis**  **para os utilizadores** | | | | | | | | |
| **Tipologia** | **Frequência**  **N** | **Média** | **Desvio-padrão** | **1**  **N**  **(%)** | **2**  **N**  **(%)** | **3**  **N**  **(%)** | **4**  **N**  **(%)** | **5**  **N**  **(%)** |
| BM1 | 51 | 3,86 | 0,92 | 0  (0) | 1  (2) | **22**  **(43,1)** | 11  (21,6) | 17  (33,3) |
| BM2 | 35 | 3,98 | 1,08 | 1  (2,9) | 2  (5,7) | 10  (28,6) | 9  (25,7) | **13**  **(37,1)** |
| BM3 | 18 | 4,28 | 0,83 | 0  (0) | 0  (0) | 4  (22,2) | 5  (27,8) | **9**  **(50)** |
| BUP | 45 | 4,04 | 0,98 | 1  (2,2) | 1  (2,2) | 11  (24,4) | 14  (31,1) | **18**  **(40)** |
| BUPR | 7 | 4,57 | 0,53 | 0  (0) | 0  (0) | 0  (0) | 3  (42,9) | **4**  **(57,1)** |

De acordo com os resultados, a maioria das respostas é positiva. Situaram-se entre o *nem concordo/nem discordo* e o *concordo totalmente*, independentemente da tipologia da biblioteca. Estas respostas revelam a importância das ações de sensibilização e de formação para o utilizador, para efetuar uma correta utilização dos serviços e demonstram que esta temática é realmente de reconhecida importância para todas as bibliotecas.

Verificámos que predominou o *concordo totalmente*: nas BM2 com 13 respostas (37,1%), nas BM3 com 9 respostas (50%), nas BUP com 18 respostas (40%) e nas BUPR com 4 respostas (57,1%). Apenas as BM1 apresentaram os resultados mais elevados no *nem concordo/nem discordo*, com 22 respostas (43,1%).

Analisando as respostas, apurámos para as BM1 que as respostas abarcavam o ponto 3 (*nem concordo/nem discordo*), com 22 respostas (43,1%) e o ponto 5 (*concordo totalmente*) com 17 respostas (33,3%), com a média de 3,86 e o desvio-padrão de 0,92. As BM2 apresentaram respostas entre o ponto 5 (*concordo totalmente*) com 13 respostas (37,1%) e o ponto 3 (*nem concordo/nem discordo*) com 10 respostas (28,6%), com a média de 3,98 e com o desvio-padrão de 1,08, podendo existir uma pequena dispersão na distribuição dos dados. Nas BM3, as respostas situaram-se entre o ponto 5 (*concordo totalmente*) com 9 respostas (50%) e o ponto 3 (*nem concordo/nem discordo*) com 4 respostas (22,2%), com a média de 4,28 e com o desvio-padrão de 0,83. As BUP apresentaram respostas entre o ponto 5 (*concordo totalmente*) com 18 respostas (40%) e o ponto 3 (*nem concordo/nem discordo*) com 11 respostas (24,4%), com a média de 4,04 e o desvio-padrão de 0,98. Por último, as BUPR responderam entre o ponto 5 (*concordo totalmente*) com 4 respostas (57,1%) e o ponto 4 (*concordo*) com 3 respostas (42,9%), com a média de 4,57 e o desvio-padrão de 0,53.

Os resultados revelaram a importância das ações de sensibilização e de formação para o utilizador, para efetuar uma correta utilização dos serviços e demonstrar que este temática é realmente de reconhecida importância para todas as bibliotecas.

Numa segunda afirmação − *a atual legislação sobre os direitos de autor é representativa da sociedade da informação −* tentámos perceber se os respondentes tinham conhecimento da atual legislação sobre direito de autor, se era ou não representativa da sociedade de informação. As respostas à nossa questão foram as seguintes: *nem concordo/nem discordo* - 76 (49%), *concordo* - 39 (25,2%), *discordo* - 25 (16,1%), *discordo totalmente* - 10 (6,5%), e *concordo totalmente* - 5 (3,2%).

Tabela III-42: Tipologia da biblioteca e reações dos inquiridos à afirmação ‘A atual legislação sobre os DA é representativa da sociedade da informação’ (1= Discordo totalmente … 5= Concordo totalmente)

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **A atual legislação sobre os DA é representativa da sociedade da informação** | | | | | | | | |
| **Tipologia** | **Frequência**  **N** | **Média** | **Desvio-padrão** | **1**  **N**  **(%)** | **2**  **N**  **(%)** | **3**  **N**  **(%)** | **4**  **N**  **(%)** | **5**  **N**  **(%)** |
| BM1 | 50 | 3,34 | 0,63 | 0  (0) | 3  (6) | **28**  **(56)** | 18  (36) | 1  (2) |
| BM2 | 35 | 2,97 | 1,07 | 4  (11,4) | 6  (17,1) | **14**  **(40)** | 9  (25,7) | 2  (5,7) |
| BM3 | 18 | 2,67 | 0,84 | 1  (5,6) | **7**  **(38,9)** | **7**  **(38,9)** | 3  (16,7) | 0  (0) |
| BUP | 45 | 2,89 | 0,96 | 5  (11,1) | 6  (13,3) | **25**  **(55,6)** | 7  (15,6) | 2  (4,4) |
| BUPR | 7 | 2,86 | 0,9 | 0  (0) | **3**  **(42,9)** | 2  (28,6) | 2  (28,6) | 0  (0) |

A maior parte dos inquiridos respondeu que *nem* *concordava/nem discordava*, o que significa que não tem opinião formada sobre o assunto, talvez por falta de conhecimentos sobre a referida legislação.

As BM1 destacaram-se com 18 respostas do tipo *concordo* e as BUPR com 3 respostas do tipo *discordo*. Duas posições antagónicas, mas que pelo menos não se situam no ponto neutro da escala. Mau grado predominar o *nem concordo/nem discordo*, as respostas dispersaram-se desde o ponto mínimo da escala até ao ponto máximo da escala. Nas BM1 as respostas incidiram no ponto 3 (*nem concordo/nem discordo*) com 28 respostas (56%) e no ponto 4 (*concordo*) com 18 respostas (36%), com a média de 3,34 e o desvio-padrão de 0,63. Nas BM2 as respostas abrangiam o ponto 3 (*nem concordo/nem discordo*) e o ponto 4 (*concordo*) com 9 respostas (25,7%), com a média de 2,97 e com o desvio-padrão de 1,07. Nas BM3 as respostas situavam-se igualmente entre o ponto 2 (*não concordo*) e o ponto 3 (*nem concordo/nem discordo*), ambos com 7 respostas (38,9%), com a média de 2,67 e com o desvio-padrão de 0,84. As BUP apresentaram respostas entre o ponto 3 (*nem concordo/nem discordo*) com 25 respostas (55,6%) e o ponto 4 (*concordo*) com 7 respostas, com a média de 2,89 e o desvio-padrão de 0,96. Por último, as BUPR responderam entre o ponto 2 (*não concordo*) e os pontos 3 (*nem concordo/nem discordo*) e 4 (*concordo*) com 2 respostas (28,6%), com a média de 2,86 e o desvio-padrão de 0,9.

Os resultados demonstraram que existe uma falta de conhecimento da legislação sobre direitos de autor e, assim sendo ignora-se se essa legislação é ou não representativa da sociedade de informação. Esta realidade, felizmente, não é comum a todas as bibliotecas, pois ainda obtivemos respostas positivas ou negativas que evidenciam um conhecimento da legislação, o que conduz a uma opinião bem formada sobre o assunto, seja ela positiva ou negativa.

Na terceira afirmação − *o papel desempenhado pelas bibliotecas como ponto de acesso para a informação é reconhecido pelas novas leis de direito de autor* − o resultado foi idêntico: a grande maioria escolheu o *nem* *concordo/nem discordo*. Foram as seguintes as respostas obtidas: *nem concordo/nem discordo* - 77 (50,3%), *concordo* - 35 (22,9%), *discordo* - 25 (16,3%), *discordo totalmente* - 9 (5,9%) e *concordo* *totalmente* - 7 (4,6%).

Apesar do maior número das respostas incidir no *nem concordo/nem discordo*, já se destacaram outras opiniões, como é o caso do *concordo* e do *não concordo*, o que pode ser muito relevante sobre o conhecimento dos profissionais da documentação quanto a estes assuntos.

Tabela III-43: Tipologia da biblioteca e opiniões sobre ‘O papel desempenhado pelas bibliotecas como ponto de acesso para a informação é reconhecido pelas novas leis de DA’ (1= Discordo totalmente … 5= Concordo totalmente)

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **O papel desempenhado pelas bibliotecas como ponto de acesso para a**  **informação é reconhecido pelas novas leis de DA** | | | | | | | | |
| **Tipologia** | **Frequência**  **N** | **Média** | **Desvio-padrão** | **1**  **N**  **(%)** | **2**  **N**  **(%)** | **3**  **N**  **(%)** | **4**  **N**  **(%)** | **5**  **N**  **(%)** |
| BM1 | 50 | 3,30 | 0,84 | 1  (2) | 5  (10) | **26**  **(52)** | 14  (28) | 4  (8) |
| BM2 | 35 | 2,86 | 0,91 | 2  (5,7) | 11  (31,4) | **12**  **(34,3)** | 10  (28,6) | 0  (0) |
| BM3 | 18 | 2,78 | 0,73 | 2  (11,1) | 1  (5,6) | **14**  **(77,8)** | 1  (5,6) | 0  (0) |
| BUP | 43 | 2,98 | 0,94 | 3  (7) | 8  (18,6) | **21**  **(48,8)** | 9  (20,9) | 2  (4,7) |
| BUPR | 7 | 3,14 | 1,21 | 1  (14,3) | 0  (0) | **4**  **(57,1)** | 1  (14,3) | 1  (14,3) |

Nesta pergunta sobre se o papel desempenhado pelas bibliotecas como um ponto de acesso para a informação é reconhecido pelas novas leis de direito de autor, as respostas situaram-se predominantemente no *nem concordo/nem discordo*: as BM1 com 26 respostas (52%), as BM2 com 12 respostas (34,3%), as BM3 com 14 respostas (77,8%), as BUP com 21 respostas (48,8%) e as BUPR com 4 respostas (57,1%).

As BM1 apresentaram respostas entre o ponto 3 (*nem concordo/nem discordo*) com 26 respostas (52%) e o ponto 4 (*concordo*) com 14 respostas (28%), com a média de 3,30 e com o desvio-padrão de 0,84. As BM2 assinalaram as suas respostas entre o ponto 3 (*nem concordo/nem discordo*) com 12 respostas (34,3%) e o ponto 4 (*concordo*) com 10 respostas (28,6%), com a média de 2,86 e com o desvio-padrão de 0,91. As respostas das BM3 situaram-se entre o ponto 3 (*nem concordo/nem discordo*) com 14 respostas (77,8%) e o ponto 1 (*discordo totalmente*) com 2 respostas (11,1%), com a média de 2,78 e com o desvio-padrão de 0,73. As BUP optaram por respostas entre o ponto 3 (*nem concordo/nem discordo*) com 21 respostas (48,8%) e o ponto 4 (*concordo*) com 9 respostas (20,9%), com a média de 2,98 e com o desvio-padrão de 0,94. As BUPR apresentaram respostas desde o ponto 3 (*nem concordo/nem discordo*) com 4 respostas (57,1%) e os pontos 1 (*discordo totalmente*), 4 (*concordo*) e 5 (*concordo totalmente*) com 1 resposta para cada ponto (14,3%), com a média de 3,14 e com o desvio-padrão de 1,21, evidenciando uma pequena dispersão.

Estes resultados apontam para um ponto neutro e revelaram uma tendência para um certo desconhecimento sobre a temática dos direitos de autor e sobre a respetiva legislação, embora existissem algumas respostas que mostraram bons conhecimentos desta matéria. Mas, no geral, o domínio da posição neutra resultou de uma situação de não compromisso e de uma falta de sensibilização para as questões sobre o direito de autor.

Numa quarta afirmação − *a harmonização das leis de direito de autor de diferentes países é essencial para o desenvolvimento da sociedade da informação −* obtivemos resultados diferentes: *concordo totalmente* - 67 (43,5%), *concordo* - 58 (37,7%), *nem concordo/nem discordo* - 25 (16,2%), *discordo* - 4 (2,6%) e *não concordo* - 0 (0%).

Comprovámos assim a existência de uma consciencialização de que o processo de harmonização é um aspeto essencial para o domínio do direito de autor e representa um estímulo para o crescimento e para o desenvolvimento da sociedade.

Nesta questão, os resultados são muito diferentes, o que nos permite tirar ilações.

O maior número de respostas situa-se no *concordo totalmente* e em seguida no *concordo*.

Questionámos se a harmonização era essencial. O resultado foi muito elucidativo. Ficou bem patente que o processo de harmonização das leis dos países é realmente um passo importante para o desenvolvimento da sociedade de informação.

Pode parecer estranho que os profissionais de biblioteca tenham esta perceção para a questão do processo de harmonização, mas não estejam informados sobre se a atual legislação do direito de autor é ou não representativa da sociedade de informação ou, ainda, se o papel desempenhado pelas bibliotecas como ponto de acesso para a informação é ou não reconhecido pela atual legislação do direito de autor.

De acordo com a tipologia das bibliotecas, podemos ter os seguintes resultados:

Tabela III-44: Tipologia da biblioteca e o posicionamento sobre a afirmação ‘Aharmonização das leis de DA de diferentes países é essencial para o desenvolvimento da sociedade da informação’ (1= Discordo totalmente … 5= Concordo totalmente)

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **A harmonização das leis de DA de diferentes países é essencial para o**  **desenvolvimento da sociedade da informação** | | | | | | | | |
| **Tipologia** | **Frequência**  **N** | **Média** | **Desvio-padrão** | **1**  **N**  **(%)** | **2**  **N**  **(%)** | **3**  **N**  **(%)** | **4**  **N**  **(%)** | **5**  **N**  **(%)** |
| BM1 | 50 | 4,10 | 0,84 | 0  (0) | 2  (4) | 9  (18) | **21**  (42) | 18  (36) |
| BM2 | 35 | 4,20 | 0,87 | 0  (0) | 1  (2,9) | 7  (20) | 11  (31,4) | **16**  **(45,7)** |
| BM3 | 18 | 4,44 | 0,70 | 0  (0) | 0  (0) | 2  (11,1) | 6  (33,3) | **10**  **(55,6)** |
| BUP | 44 | 4,25 | 0,78 | 0  (0) | 1  (2,3) | 6  (13,6) | 18  (40,9) | **19**  **(43,2)** |
| BUPR | 7 | 4,43 | 0,79 | 0  (0) | 0  (0) | 1  (14,3) | 2  (28,6) | **4**  **(57,1)** |

De acordo com os resultados, a maioria das respostas situou-se no *concordo totalmente*: as BM2 com 16 respostas (45,7%), as BM3 com 10 respostas (55,6%), as BUP com 19 respostas (43,2%) e as BUPR com 4 respostas (57,1%). Apenas as BM1 não seguiram esta tendência apresentando 21 respostas (42%) para o *concordo*.

As BM1 assinalaram as suas respostas no ponto 4 (*concordo*) com 21 respostas (42%) e no ponto 5 (*concordo totalmente*) com 18 respostas (36%), com a média de 4,10 e com o desvio-padrão de 0,84. As BM2 apresentaram as respostas entre o ponto 5 (*concordo totalmente*) com 16 respostas (45,7%) e o ponto 4 (*concordo*) com 11 respostas (31,4%), com a média de 4,20 e com o desvio-padrão de 0,87. As BM3 situaram as suas respostas entre o ponto 5 (*concordo totalmente*) com 10 respostas (55,6%) e o ponto 4 (*concordo*) com 6 respostas (33,3%), com a média de 4,44 e com o desvio-padrão de 0,70. As BUP fizeram incidir as suas respostas entre o ponto 5 (*concordo totalmente*) com 19 respostas (43,2%) e o ponto 4 (*concordo*) com 18 respostas (40,9%), com a média de 4,25 e com o desvio-padrão de 0,78. As BUPR responderam desde o ponto 5 (*concordo totalmente*) com 4 respostas (57,1%) e o ponto 4 (*concordo*) com 2 respostas (28,6%), com a média de 4,43 e com o desvio-padrão de 0,79.

É de reconhecida importância o processo de harmonização das legislações sobre o direito de autor, constituindo uma condição essencial para o desenvolvimento da sociedade de informação.

*Diretiva 2001/29/CE*

Tentámos perceber os conhecimentos que os profissionais da documentação detêm sobre este documento. Para concretizar este propósito, escolhemos quatro afirmações e utilizou-se uma escala que abrange desde o *discordo totalmente* (1) até ao *concordo totalmente* (5).

Com a primeira afirmação − *a diretiva apresenta um elevado grau de proteção dos direitos de autor −* cuidámos saber do seu elevado grau de proteção. E também aqui obtivemos uma tendência positiva entre o *nem concordo/nem discordo* e *concordo totalmente*. Os resultados foram os seguintes: *nem concordo/nem discordo* - 91 (59,9%), *concordo* - 43 (28,3%), *concordo totalmente* - 14 (9,2%), *discordo* - 3 (2%) e *discordo totalmente* - 1 (0,7%).

Verificámos que a tendência se mantém no domínio do *nem concordo/nem discordo*. Como já referimos, pode querer dizer que não se sabe responder, como também, que não quer discordar. É o ponto neutro da escala onde, regra geral, os inquiridos se refugiam quando se encontram numa destas situações.

Tabela III-45: Tipologia da biblioteca e o posicionamento sobre ‘Adiretiva apresenta um elevado grau de proteção dos DA’ (1= Discordo totalmente … 5= Concordo totalmente)

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **A diretiva apresenta um elevado grau de proteção dos DA** | | | | | | | | |
| **Tipologia** | **Frequência**  **N** | **Média** | **Desvio-padrão** | **1**  **N**  **(%)** | **2**  **N**  **(%)** | **3**  **N**  **(%)** | **4**  **N**  **(%)** | **5**  **N**  **(%)** |
| BM1 | 51 | 3,31 | 0,58 | 0  (0) | 0  (0) | **38**  **(74,5)** | 10  (19,6) | 3  (5,9) |
| BM2 | 35 | 3,49 | 0,78 | 0  (0) | 2  (5,7) | **18**  **(51,4)** | 11  (31,4) | 4  (11,4) |
| BM3 | 17 | 3,35 | 0,93 | 1  (5,9) | 0  (0) | **10**  **(58,8)** | 4  (23,5) | 2  (11,8) |
| BUP | 43 | 3,60 | 0,69 | 0  (0) | 0  (0) | **22**  **(51,2)** | 16  (37,2) | 5  (11,6) |
| BUPR | 6 | 3,17 | 0,75 | 0  (0) | 1  (16,7) | **3**  **(50)** | 2  (33.3) | 0  (0) |

Apurámos que a maioria das respostas se situou no ponto neutro da escala (*nem concordo/nem discordo*): as BM1 com 38 respostas (74,5%), as BM2 com 18 respostas (51,4%), as BM3 com 10 respostas (58,8%), as BUP com 22 respostas (51,2%) e as BUPR com 3 respostas (50%). Apurámos também a existência de outras respostas, principalmente positivas, que revelam um conhecimento sobre o elevado grau de protecionismo da diretiva.

As BM1 apresentaram as respostas entre o ponto 3 (*nem concordo/nem discordo*) com 38 respostas (74,5%) e o ponto 4 (*concordo*) com 10 respostas (19,6%), com a média de 3,31 e com o desvio-padrão de 0,58. As BM2 compreenderam as suas respostas entre o ponto 3 (*nem concordo/nem discordo*) com 18 respostas (51,4%) e o ponto 4 (*concordo*) com 11 respostas (31,4%), com a média de 3,49 e com o desvio-padrão de 0,78. As BM3 situaram as suas respostas entre o ponto 3 (*nem concordo/nem discordo*) com 10 respostas (58,8%) e o ponto 4 (*concordo*) com 4 respostas (23,5%), com a média de 3,35 e com o desvio-padrão de 0,93. As BUP fizeram incidir as suas respostas entre o ponto 3 (*nem concordo/nem discordo*) com 22 respostas (51,2%) e o ponto 4 (*concordo*) com 16 respostas (37,2%), com a média de 3,60 e com o desvio-padrão de 0,69. As BUPR apresentaram as respostas entre o ponto 3 (*nem concordo/nem discordo*) com 3 respostas (50%) e o ponto 4 (*concordo*) com 2 respostas (33,3%), com a média de 3,17 e com o desvio-padrão de 0,75.

Estes resultados demonstraram a existência de um certo desconhecimento sobre a diretiva e de uma opinião pouco formada sobre a questão. Apesar desta tendência, algumas respostas indiciam bons conhecimentos sobre a diretiva.

Numa segunda afirmação − *o texto da diretiva incide sobre as novas realidades da digitalização, do multimédia e de outras tecnologias*, a maior parte das respostas ocorrem predominantemente no *nem concordo/nem discordo −* tendo os resultados sido os seguintes: *nem* *concordo/nem discordo* - 92 (61,7%), *concordo* - 41 (27,5%), *concordo totalmente* - 8 (5,4%), *discordo* - 7 (4,7%) e *discordo totalmente* - 1 (0,7%).

Contudo nesta questão, já verificámos um valor de resposta mais elevado para o nível do *concordo*. Podemos referir o caso das BM1 e das BUP que já incluíram algumas respostas no âmbito do *concordo*. Este facto demonstra uma situação de crescente conhecimento quanto a este assunto.

Tabela III-46: Tipologia da biblioteca e opiniões quanto à afirmação ‘O texto da diretiva incide sobre as novas realidades da digitalização, do multimédia e de outras tecnologias’ (1= Discordo totalmente … 5= Concordo totalmente)

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **O texto da diretiva incide sobre as novas realidades da digitalização,**  **do multimédia e de outras tecnologias** | | | | | | | | |
| **Tipologia** | **Frequência**  **N** | **Média** | **Desvio-padrão** | **1**  **N**  **(%)** | **2**  **N**  **(%)** | **3**  **N**  **(%)** | **4**  **N**  **(%)** | **5**  **N**  **(%)** |
| BM1 | 49 | 3,35 | 0,56 | 0  (0) | 0  (0) | **34**  **(69,4)** | 13  (26,5) | 2  (4,1) |
| BM2 | 34 | 3,24 | 0,89 | 1  (2,9) | 4  (11,8) | **18**  **(52,9)** | 8  (23,5) | 3  (8,8) |
| BM3 | 17 | 3,18 | 0,64 | 0  (0) | 1  (5,9) | **13**  **(76,5)** | 2  (11,8) | 1  (5,9) |
| BUP | 42 | 3,43 | 0,63 | 0  (0) | 1  (2,4) | **24**  **(57,1)** | 15  (35,7) | 2  (4,8) |
| BUPR | 7 | 3,29 | 0,76 | 0  (0) | 1  (14,3) | **3**  **(42,9)** | **3**  **(42,9)** | 0  (0) |

Dos resultados obtidos, apurámos que a maioria das respostas se situou no ponto neutro(*nem concordo/nem discordo*): as BM1 com 34 respostas (69,4%), as BM2 com 18 respostas (52,9%), as BM3 com 13 respostas (76,5%), as BUP com 24 respostas (57,1%) e as BUPR com 3 respostas (42,9%).

Verificámos que as bibliotecas que responderam afirmativamente (*concordo* e *concordo totalmente*) sobre esta questão demonstraram um certo conhecimento sobre o conteúdo da diretiva.

As BM1 apresentaram as respostas desde o ponto 3 (*nem concordo/nem discordo*) com 34 respostas (69,4%) e o ponto 4 (*concordo*) com 13 respostas (26,5%), com a média de 3,35 e com o desvio-padrão de 0,56. As BM2 estabeleceram as suas respostas entre o ponto 3 (*nem concordo/nem discordo*) com 18 respostas (52,9%) e o ponto 4 (*concordo*) com 8 respostas (23,5%), com a média de 3,24 e com o desvio-padrão de 0,89. As BM3 situaram as suas respostas entre o ponto 3 (*nem concordo/nem discordo*) com 13 respostas (76,5%) e o ponto 4 (*concordo*) com 2 respostas (11,8%), com a média de 3,18 e com o desvio-padrão de 0,64. As BUP fizeram incidir as suas respostas entre o ponto 3 (*nem concordo/nem discordo*) com 24 respostas (57,1%) e o ponto 4 (*concordo*) com 15 respostas (35,7%), com a média de 3,43 e com o desvio-padrão de 0,63. As BUPR responderam com valores idênticos nos pontos 3 (*nem concordo/nem discordo*) e 4 (*concordo*) com 3 respostas (42,9%), com a média de 3,29 e com o desvio-padrão de 0,76.

Esta tendência para o *nem concordo/nem discordo* pode significar um certo desconhecimento sobre a questão, embora se verifiquem respostas demonstram conhecimentos sobre o assunto em causa.

Numa terceira afirmação − *a harmonização das várias leis de direito de autor de diferentes países é um elemento essencial para o desenvolvimento da sociedade de informação −* pretendeu-se conhecer a relevância do processo de harmonização desta legislação. O resultado (154 na totalidade) consistiu no seguinte: *nem concordo/nem discordo* - 55 (35,7%), *concordo* - 49 (31,8%), *concordo totalmente* - 44 (28,6%), *discordo* - 5 (3,2%) e *discordo totalmente* - 1 (0,7%).

Mais uma vez, a questão da harmonização é tida em conta pelos respondentes e é considerada fundamental para o desenvolvimento da sociedade de informação. Apesar de predominar o *nem concordo/nem discordo*, a diferença em relação ao *concordo* e ao *concordo totalmente* não é nada significativa. Observámos uma preocupação com a harmonização das legislações, que constitui um elemento de essencial importância para o desenvolvimento da sociedade de informação. E esta preocupação ficou bem presente nas respostas a este inquérito.

Tabela III-47: Tipologia da biblioteca e respostas sobre a afirmação ‘A harmonização das várias leis de DA de diferentes países é um elemento essencial para o desenvolvimento da sociedade de informação’ (1= Discordo totalmente … 5= Concordo totalmente)

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **A harmonização das várias leis de DA de diferentes países é um elemento**  **essencial para o desenvolvimento da sociedade de informação** | | | | | | | | |
| **Tipologia** | **Frequência**  **N** | **Média** | **Desvio-padrão** | **1**  **N**  **(%)** | **2**  **N**  **(%)** | **3**  **N**  **(%)** | **4**  **N**  **(%)** | **5**  **N**  **(%)** |
| BM1 | 50 | 3,66 | 0,92 | 1  (2) | 2  (4) | **20**  **(40)** | 17  (34) | 10  (20) |
| BM2 | 35 | 3,94 | 0,84 | 0  (0) | 0  (0) | **13**  **(37,1)** | 11  (31,4) | 11  (31,4) |
| BM3 | 18 | 4,06 | 0,94 | 0  (0) | 1  (5,6) | 4  (22,2) | **6**  **(33,3)** | **7**  **(38,9)** |
| BUP | 45 | 3,91 | 0,87 | 0  (0) | 1  (2,2) | **16**  **(35,6)** | 14  (31,1) | 14  (31,1) |
| BUPR | 6 | 3,67 | 1,21 | 0  (0) | 1  (16,7) | **2**  **(33,3)** | 1  (16,7) | **2**  **(33,3)** |

Verificámos que a maioria das respostas se situou no *nem concordo/nem discordo*: as BM1 com 20 respostas (40%), as BM2 com 13 respostas (37,1%), as BUP com 16 respostas (35,6%) e as BUPR com 2 respostas (33,3%). As BM3 conferem a primazia ao *concordo* totalmente com 7 respostas (38,9%). Convém realçar que as BUPR apresentaram o mesmo número de respostas para o *concordo totalmente*: 2 respostas (33,3%). As diferenças nas respostas não são muito relevantes.

As BM1 responderam desde o ponto 3 (*nem concordo/nem discordo*) com 20 respostas (40%) e o ponto 4 (*concordo*) com 17 respostas (34%), com a média de 3,66 e com o desvio-padrão de 0,92. As BM2 estabeleceram as suas respostas entre o ponto 3 (*nem concordo/nem discordo*) com 13 respostas (37,1%) e os pontos 4 (*concordo*) e 5 (*concordo totalmente*) com 11 respostas (31,46%), com a média de 3,94 e com o desvio-padrão de 0,84. As BM3 incidiram as suas respostas entre o ponto 5 (*concordo totalmente*) com 7 respostas (38,9%) e o ponto 4 (*concordo*) com 6 (33,3%), com a média de 4,06 e com o desvio-padrão de 0,94. As BUP situaram as suas respostas entre o ponto 3 (*nem concordo/nem discordo*) com 16 respostas (35,6%) e os pontos 4 (*concordo*) e 5 (*concordo totalmente*) com 14 respostas (31,1%), com a média de 3,91 e com o desvio-padrão de 0,87. As BUPR atribuíram as respostas entre o ponto 3 (*nem concordo/nem discordo*) com 2 respostas (33,3%) e o ponto 5 (*concordo totalmente*), igualmente, com 2 respostas (33,3%), com a média de 3,67 e com o desvio-padrão de 1,21, existindo aqui uma pequena dispersão nos resultados.

A harmonização consiste numa questão importante e, apesar do domínio do ponto 3 (*nem concordo/nem discordo*) da escala, que representa um ponto neutro, existe já uma tendência para considerar esta questão como fundamental para o desenvolvimento da sociedade da informação, o que é revelador de um certo conhecimento da matéria.

Numa quarta afirmação − *a existência de um Código Europeu sobre os Direitos de Autor é fundamental para a sociedade de informação −* o nosso propósito residiu no reconhecimento da necessidade da existência de um código a nível europeu. Os resultados totais foram 155 e repartiram-se da seguinte forma: *concordo* - 60 (38,7%), *concordo totalmente* - 47 (30,3%), *nem concordo/nem discordo* - 45 (29%1), *discordo* - 3 (1,9%), *discordo totalmente* - 0 (0%). Nesta questão, verificámos que o maior número de respostas se concentra no *concordo* e, em seguida, no *concordo totalmente*.

Este facto é muito revelador da importância e do reconhecimento de que é fundamental não só harmonizar mas também estabelecer normas europeias, através de um Código Europeu sobre o direito de autor.

Tabela III-48: Tipologia da biblioteca e opiniões sobre ‘A existência de um Código Europeu sobre os DA é fundamental para a sociedade de informação’ (1= Discordo totalmente … 5= Concordo totalmente)

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **A existência de um Código Europeu sobre os DA é fundamental para**  **a sociedade de informação** | | | | | | | | |
| **Tipologia** | **Frequência**  **N** | **Média** | **Desvio-padrão** | **1**  **N**  **(%)** | **2**  **N**  **(%)** | **3**  **N**  **(%)** | **4**  **N**  **(%)** | **5**  **N**  **(%)** |
| BM1 | 50 | 3,84 | 0,77 | 0  (0) | 1  (2) | 16  (32) | **23**  **(46)** | 10  (20) |
| BM2 | 35 | 3,94 | 0,80 | 0  (0) | 0  (0) | 12  (34,3) | **13**  **(37,1)** | 10  (28,6) |
| BM3 | 18 | 4,17 | 0,86 | 0  (0) | 0  (0) | 5  (27,8) | 5  (27,8) | **8**  **(44,4)** |
| BUP | 45 | 4,04 | 0,90 | 0  (0) | 2  (4,4) | 11  (24,4) | 15  (33,3) | **17**  **(37,8)** |
| BUPR | 7 | 4,14 | 0,69 | 0  (0) | 0  (0) | 1  (14,3) | **4**  **(57,1)** | 2  (28,6) |

Nesta questão, as respostas situam-se entre o *concordo* e *concordo totalmente*. Quanto ao *concordo*, podemos referir as BM1 com 23 respostas (46%), as BM2 com 13 respostas (37,1%) e as BUPR com 4 respostas (57,1%). No que se refere ao *concordo totalmente*, destacamos as BM3 com 8 respostas (44,4%) e as BUP com 17 respostas (37,8%).

As BM1 apresentaram as respostas entre o ponto 4 (*concordo*) com 23 respostas (46%) e o ponto 3 (*nem concordo/nem discordo*) com 16 respostas (32%), com a média de 3,84 e com o desvio-padrão de 0,77. As BM2 estabeleceram as suas respostas entre o ponto 4 (*concordo*) com 13 respostas (37,1%) e o ponto 3 (*nem concordo/nem discordo*) com 12 respostas (34,3%), com a média de 3,94 e com o desvio-padrão de 0,80. As BM3 incidiram as suas respostas entre o ponto 5 (*concordo totalmente*) com 8 respostas (44,4%) e os pontos 4 (*concordo*) e o ponto 3 (*nem concordo/nem discordo*) com 5 respostas (27,8%), com a média de 4,17 e com o desvio-padrão de 0,86. As BUP responderam entre o ponto 5 (*concordo totalmente*) com 17 respostas (37,8%) e os pontos 4 (*concordo*) com 15 respostas (33,5%), com a média de 4,04 e com o desvio-padrão de 0,90. As BUPR atribuíram as respostas desde o ponto 4 (*concordo*) com 4 respostas (57,15%) e o ponto 5 (*concordo totalmente*) com 2 respostas (28,6%), com a média de 4,4 e com o desvio-padrão de 0,69.

A tendência destas respostas denotou a preocupação pela questão dos direitos de autor, do seu processo de harmonização e a consciência da necessidade de um Código Europeu sobre estes direitos. A promoção de um código desta natureza constitui um ponto essencial para a questão dos referidos direitos, para a harmonização das várias legislações, para a promoção e para o desenvolvimento da sociedade de informação e da comunicação.

*A diretiva sobre os direitos de autor: novos aspetos a incluir*.

Tentámos conhecer os novos aspetos que os profissionais de bibliotecas considerassem fundamental serem incluídos na legislação sobre direitos de autor. Apenas obtivemos 23 respostas.

Tabela III-49: Tipologia da biblioteca e respostas sobre os novos aspetos a incluir na diretiva

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Diretiva sobre os DA: novos aspetos a incluir** | **Tipologia da biblioteca** | | | | | **Respostas** | |
| **BM1**  N | **BM2**  N | **BM3**  N | **BUP**  N | **BUPR**  N | **(N)** | **(%)** |
| 3 | **8** | 4 | **7** | 1 | **23** | 9,1 |

Destacam-se as BM2 com 8 respostas e as BUP com 7 respostas. Das respostas obtidas, considerámos as mais relevantes para o nosso estudo as seguintes: exceções para bibliotecas e serviços de acesso público à informação; ações de divulgação desta diretiva ao público, sobretudo dos pontos que concernem à utilização de conteúdos informativos disponíveis na *internet*; necessidade de uma legislação a nível da União Europeia para que exista uma atuação uniforme em relação aos direitos de autor; a proteção dos direitos de autor na *internet*; alagar o âmbito do livre acesso à informação; realçar o facto de as bibliotecas municipais constituírem um serviço público, cuja missão é facilitar o acesso à informação; maior sensibilização da sociedade para os direitos de autor.

Estas respostas evidenciam a relevância dos direitos de autor na sociedade e do serviço público que as bibliotecas desempenham na comunidade. Demonstram a necessidade de ações de divulgação da temática dos direitos de autor para o público em geral e de medidas de sensibilização da sociedade para este assunto. A urgência de uma legislação eficaz que compreenda o mundo digital é bem realçada.

O reduzido número de respostas obtido demonstra um certo desconhecimento em relação a esta matéria e alguma incongruência em relação às respostas à pergunta anterior. Se as bibliotecas inquiridas denotam um certo conhecimento e uma certa consciência para a questão da temática diretiva sobre os direitos de autor, nesta questão deviam pronunciar-se sobre novos aspetos a considerar. Contudo, tal não sucedeu.

*Regime especial das bibliotecas concedido pela legislação de direitos de autor*

Nesta questão procurámos saber a opinião dos inquiridos quanto ao facto de as bibliotecas usufruírem de um regime especial concedido pela legislação sobre direitos de autor. Obtivemos 156 respostas, sendo 122 (78,2%) para o *não* e 34 (21,8%) para o *sim.*

Solicitámos também a quem respondesse *sim* que nos indicasse os elementos considerados essenciais para o regime especial das bibliotecas. As respostas dadas somaram 26, num universo de 34 respostas para o *sim*. Referimos algumas que nos parecem mais relevantes para o nosso estudo: os empréstimos domiciliários; a reprodução de documentos; certas exceções ou limitações no interesse público relativamente a objetivos de educação e ensino; limitações previstas pelas legislações dos estados membros em favor de determinados estabelecimentos sem fins lucrativos, tais como bibliotecas acessíveis ao público e instituições equivalentes; exceção ou limitação para efeitos de investigação pedagógica e científica não comercial; permissão de reprodução para uso próprio; estatuto próprio e dinamizador da pesquisa científica; livre acesso à informação; reprodução para efeitos de preservação e ensino ou educação.

Figura III-21: Regime especial concedido pela legislação sobre DA (N=156)

A maioria das bibliotecas inquiridas responderam que não existe um regime especial para as bibliotecas, na legislação que se encontra em vigor.

Trata-se de uma situação curiosa, uma vez que uma percentagem significativa respondeu que o seu nível de conhecimentos sobre direito de autor não era *nem bom/nem mau*, mas outras bibliotecas consideraram *bom* o seu conhecimento deste assunto. E, como as respostas dadas às afirmações sobre o direito de autor e sobre a diretiva comunitária se situavam num intervalo positivo entre o *nem discordo/nem concordo* e o *concordo*, era de prever um outro tipo de resposta a esta pergunta e maiores conhecimentos sobre a questão, o que não se verifica na prática.

Tabela III-50: Tipologia das bibliotecas e opiniões sobre a existência de um regime especial das bibliotecas

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Regime especial das bibliotecas** | **Tipologia da biblioteca** | | | | | **Respostas** | |
| **BM1**  N  (%) | **BM2**  N  (%) | **BM3**  N  (%) | **BUP**  N  (%) | **BUPR**  N  (%) | **(N)** | **%** |
| Sim | 9  (17,6) | 7  (20) | 2  (11,1) | 14  (31,1) | 2  (28,6) | 34 | 21,9 |
| Não | **42**  82,4) | **28**  (80) | **16**  (88,9) | **31**  (68,9) | **5**  (71,4) | 122 | 78,1 |
| Se sim, por favor indique quais | 6 | 6 | 2 | 10 | 2 | 26 | 76,4  (de 34) |

**5. Comentários finais**

Convém destacar alguns dos comentários: a rapidez com que as diretivas se tornam anacrónicas, dada a velocidade com que evolui a tecnologia da reprodução e divulgação de conteúdos em formato digital; a proteção dos direitos de autor é cada vez mais complicada, pois caminhamos para uma sociedade onde impera o livre acesso; alguns profissionais de biblioteca possuem poucos conhecimentos sobre o direito de autor; deveria existir uma legislação para bibliotecas públicas relativamente aos direitos de autor; deveria haver um órgão, por exemplo na Biblioteca Nacional, que se pronunciasse sobre estas questões de direito de autor; trata-se de uma área fundamental para o trabalho dos bibliotecários; é necessário dar a conhecer o funcionamento das bibliotecas, etc.

Os comentários denotam em primeiro lugar que existem aspetos da legislação desatualizados em relação ao rápido desenvolvimento da sociedade de informação. Começa a existir uma consciencialização pela importância dos direitos de autor e dos seus atuais problemas com as novas tecnologias. E de realçar dois comentários muito importantes: o primeiro reconhece falhas na formação dos profissionais neste domínio e o segundo incide sobre a necessidade de um melhor conhecimento da realidade das bibliotecas. Demonstram, que entre os profissionais, começa a aumentar a necessidade de conhecer o direito de autor e a sua legislação.

**III.2.6. Síntese conclusiva**

O objetivo desta análise é o de contribuir para um conhecimento da realidade das bibliotecas na esfera do direito de autor. Para a sua concretização, procurámos identificar as bibliotecas sobre as quais recaiu o nosso estudo segundo a sua tipologia. Considerámos dois grandes tipos de bibliotecas: as bibliotecas públicas e as bibliotecas universitárias. Ambos os tipos são instituições de utilidade pública, prestam serviços à comunidade, apresentam tipologias muito próprias, realidades muito diferentes e destinam-se a públicos bastante diversos. As bibliotecas públicas dividem-se, de acordo com a sua tipologia, que está relacionada com a densidade populacional, em bibliotecas de tipo BM1, BM2 e BM3. Esta designação abrange as bibliotecas de Portugal Continental e da Região Autónoma da Madeira. A Região Autónoma dos Açores apresenta uma tipologia diferente: BMa, BMb e BMc, que também está ligada ao número de habitantes, só que numa escala mais reduzida, em virtude da sua natureza geográfica e da consequente menor densidade populacional. A identificação das bibliotecas públicas segundo a sua tipologia não se revelou uma tarefa fácil, pois as fontes que consultámos estavam desatualizadas. No atinente às bibliotecas universitárias, a nossa análise incluiu as de natureza pública e privada, que apresentam como finalidade, por um lado, apoiar o ensino e a investigação e, por outro lado, promover a produção científica. Nos parágrafos seguintes apresentaremos as principais conclusões a que chegámos a partir da amostra obtida.

Quanto ao acesso à coleção das bibliotecas, averiguámos que a maior parte destas pratica o livre acesso aos fundos documentais, principalmente as BM1, as BUP e as BUPR. Este facto é relevante, porque o livre acesso é não só uma forma de obter informação mais rapidamente mas também, e não é um aspeto menor, permite a descoberta ao acaso de documentos que não foram identificados previamente. As BM2 e as BM3 também se encontram em livre acesso, mas em número muito menos significativo.

No que toca à coleção, o lugar de destaque ainda pertence às monografias e às publicações periódicas, o que é visível em todas as bibliotecas, independentemente da sua tipologia. Mas outros documentos começam a ter importância, como os documentos vídeo, os documentos áudio, os *E-books*, a informação para *PDA* e *iPOD* e também noutras fontes de acesso à informação, como as bases de dados e os repositórios. Os documentos vídeo e áudio predominam nas BM1, nas BM2 e nas BM3. Os primeiros, as bases de dados e os repositórios destacam-se nas BUP e BUPR. Quanto aos suportes disponibilizados, os mais comuns são os suportes impressos, para todas as bibliotecas de todas as tipologias, mas verificámos a existência de outros suportes, como *DVD*, *CD-ROM*, vídeo, digitais, digitalizados e manuscritos. As bibliotecas públicas e universitárias aumentam os suportes digitais e os suportes digitalizados das suas coleções, o que demonstra que acompanham e se adaptam às novas tecnologias.

No que concerne aos equipamentos disponibilizados, as bibliotecas colocam à disposição dos seus utilizadores principalmente computadores de secretária, nomeadamente as BM1, as BUP e as BUPR, o mesmo acontecendo também nas BM2 e nas BM3. A disponibilização de computadores portáteis, apenas é processada num número muito reduzido de bibliotecas, provavelmente por motivos de ordem financeira, entre outros. No universo destas instituições que considerámos, existe a possibilidade de os utilizadores usarem computadores portáteis pessoais nas BM1, nas BUP e nas BUPR, como também nas BM2 e nas BM3. Esta disponibilização de material informático e a permissão da utilização de computadores portáteis pessoais revela que as bibliotecas procuram que os seus utilizadores possam usufruir de todas as condições possíveis para aceder ao conhecimento e à informação de forma facilitada e rápida.

No que se refere aos serviços que as bibliotecas disponibilizam, qualquer que seja a sua tipologia, os resultados que obtivemos foram os seguintes, por ordem de importância: empréstimo domiciliário, pesquisa bibliográfica, serviços de referência e atendimento tradicionais, serviço de fotocópias, acesso *wireless*, serviço de digitalização, biblioteca digital, serviços de referência e atendimentos virtuais e o serviço de microfilmagem. Importa referir que se assiste a um crescimento dos serviços de referência e de atendimento virtuais, dos serviços da biblioteca digital e do acesso *wireless*, principalmente nas BUP e nas BUPR. Este crescimento traduz o esforço das bibliotecas em acompanhar o desenvolvimento tecnológico, a sua adaptação às novas tecnologias e a sua sabedoria em aproveitar os benefícios da inovação tecnológica.

A grande maioria das bibliotecas, independentemente da sua tipologia, não dispõe nas suas coleções de fundos digitalizados. Os fundos digitais e digitalizados têm ainda uma presença pouco significativa nestas instituições. A sua constituição ainda está numa fase muito embrionária. Contudo, verificámos que as BUP começam a incluí-los nas suas coleções. Este facto tem ligação com a política das bibliotecas universitárias[[3]](#footnote-3) e com a crescente relevância dos fundos a que nos referimos.

As bibliotecas que concretizaram a digitalização dos seus fundos foram as BUP e as BUPR que conferiram primazia aos fundos atuais e trataram em seguida os fundos antigos[[4]](#footnote-4). Estes fundos digitalizados por vezes não estão acessíveis ao público. Todavia, as BUP e as BUPR não levantam restrições no acesso aos mesmos.

Apesar de a maioria das bibliotecas não possuir fundos digitalizados, desencadeiam-se projetos de digitalização, principalmente nas BM1, nas BUP e nas BUPR, embora muitos deles estejam em fase embrionária ou de execução. Neste caso, temos que realçar o papel dos projetos de digitalização em que as BUP se encontram envolvidas. No que diz respeito à política de aquisição em formato digital, a primazia incide sobre as BUP e as BUPR. Nas bibliotecas públicas, apesar de predominar a não existência de políticas de aquisição de livros em formato digital, sobressaem algumas que já as praticam e que dispõem de uma coleção de livros neste formato.

É interessante conhecer como se processa o acesso a essas obras, se é possível o empréstimo domiciliário ou se só é permitida a consulta presencial na sala de leitura. Da realidade do nosso inquérito, só uma pequeníssima parte autoriza o empréstimo domiciliário. As BUP permitem a consulta deste material na sala de leitura, tal como as restantes bibliotecas, não obstante serem em muito menor número as que assim procedem, em virtude de as restantes não possuírem livros em formato digital. Este pode, por conseguinte, não significar um melhor acesso.

Mas a aquisição de livros em formato digital pressupõe ainda a existência de uma política de preservação digital. Este material tem uma duração física ainda mais frágil, dada a celeridade do avanço tecnológico em termos de *hardware* e *software* que o torna rapidamente obsoleto. Para a recuperação e preservação, impõe-se a realização de cópias para novos suportes, entre outros métodos recomendados para preservação digital. Apesar da importância da política de preservação poucas bibliotecas a incluem nas suas preocupações. As BUPR e em seguida as BUP apresentam uma certa preocupação com estas questões. Toda esta problemática ainda está num processo de desenvolvimento nas bibliotecas do nosso país.

A disponibilização da informação pode ser processada através das páginas *Web*, catálogo em linha de acesso público (*OPAC*), *internet*, portal, repositório e arquivo digital em texto integral.

Quanto ao controlo da cópia, a presença de máquinas fotocopiadoras (*self-service*) é uma realidade nas BUP e nas BUPR, o que constitui um indicador de ausência do referido controlo, mas que pode ser explicado pelo apoio ao ensino e à investigação. No entanto, a maior parte das bibliotecas não permite a presença destas máquinas. Concluindo, as bibliotecas públicas disponibilizam muito pouco deste tipo de material nas salas de leitura. As BM3 apresentam valores mais elevados do que as outras bibliotecas públicas, por possuírem outras necessidades de informações para um outro tipo de utilizadores e pela envolvência em que se encontram, em geral, comunidades com maior densidade populacional.

Mau grado a tendência para a não existência de fotocopiadoras *self-service*, as bibliotecas permitem a utilização nas salas de leitura de determinados materiais com que se podem efetuar cópias: *flash drives* (*pens*), *CD-ROM*, *DVD* e *scanners*. É contraditório, porque proíbem as fotocopiadoras mas depois autorizam equipamentos que também podem realizar cópias. As BUP consentem o uso de *flash drives* (*pens*), dos *scanners*, dos *CD-ROM* e dos *DVD* nas salas de leitura, não efetuando um controlo dos materiais que possibilitam a realização de cópias de documentos. As BUPR praticam a mesma política, com a exceção dos *scanners*. Quanto às bibliotecas públicas, permitem a utilização destes materiais já referenciados nas salas de leitura, contrariando um pouco a política que seguem de controlo da cópia.

Ainda relativamente às cópias, importa anotar que as bibliotecas realizam fotocópias dos artigos científicos, principalmente as BUP e as BUPR, no apoio à docência, à investigação e ao ensino. Contudo, no que se refere à bibliografia corrente são mais renitentes, na questão das cópias, predominando o *não* para todas as bibliotecas independentemente da sua tipologia. Este pode ser um aspeto positivo da aplicação da legislação do direito de autor, como também um elemento de contradição. Por um lado, não efetuam cópias da bibliografia corrente, não permitem fotocopiadoras *self-service*, mas por outro permitem a utilização de equipamento que pode ser usado para realizar uma cópia. Estamos perante uma dualidade no controlo da cópia, podendo, pois, afirmar que as bibliotecas, no geral, não controlam muito bem as cópias realizadas dentro das suas instalações.

Relativamente aos direitos de autor, procurámos testar os conhecimentos dos profissionais da documentação. No que concerne à informação sobre a legislação referente ao direito de autor, indagámos quais os equipamentos passíveis de serem utilizados nas bibliotecas para a execução de cópias. Todas as instituições, independentemente da tipologia, se pronunciaram pelo predomínio das fotocópias. As BM1 e as BUP destacam, ainda, as *flash drives* (*pens*) e as BM1 também valorizam os *scanners*.

Outro aspeto a referir é que a maioria das bibliotecas não possui qualquer informação afixada nas suas instalações sobre a legislação em vigor relativa ao direito de autor. Encontram-se nesta situação as BM1, as BM2, as BUP e as BM3. As BUPR são uma exceção, na medida em que a maior parte divulga esta informação. O facto de as bibliotecas não terem a referida informação afixada, pode dever-se a um certo desconhecimento da legislação, a uma falta de sensibilização para este assunto, às políticas das bibliotecas, entre outras causas possíveis.

Quanto à atual legislação sobre o direito de autor e de certos aspetos deste direito, concluímos que existem parcos conhecimentos sobre esta temática. As BM1, as BUP e as BUPR apresentam respostas que se situam no ponto neutro (*nem bom/nem mau*), enquanto as BM2 e as BM3 se posicionam com tendência positiva (*bom*). Com algumas exceções, esta situação deve-se a um certo desconhecimento da legislação sobre o direito de autor e até da própria temática deste direito. Fala-se muito em direito de autor e no facto de não serem permitidas cópias integrais de obras, mas os conhecimentos não vão muito mais adiante. Trata-se de uma realidade que se impõe reverter, na medida em que aquele constitui um direito fundamental e convém conhecer os benefícios das suas disposições para as bibliotecas.

Mau grado estes aspetos menos positivos, podemos retirar certas ilações que podem contradizer esta realidade de desconhecimento, como é o facto de os inquiridos realçarem a importância concedida às ações de sensibilização/formação sobre o direito de autor para o utilizador situando a sua resposta no ponto mais positivo da escala fornecida (*concordo totalmente*) para as BUP, BM2, BM3 e BUPR e no ponto neutro (*nem concordo/nem discordo*) para as BM1; a importância da harmonização das leis de direito de autor dos vários países para o desenvolvimento da sociedade de informação apresentou tendência positiva por ordem crescente de importância, das BM1, para as BUP, BM2, BM3 e BUPR. Quanto à importância de um Código Europeu sobre o direito de autor como elemento fundamental para a sociedade de informação, as respostas obtidas, por ordem decrescente mas todas situadas no ponto positivo da tabela, foram as seguintes: *concordo totalmente* - BUP e BM3; *concordo* - BM1, BM2 e BUPR.

O facto de a atual legislação sobre os direitos de autor ser representativa da sociedade de informação, o facto de o papel desempenhado pelas bibliotecas como ponto de acesso para a informação ser reconhecido pelas novas leis do direito de autor, da diretiva comunitária sobre direitos de autor apresentar um elevado grau de proteção dos direitos de autor e de o texto da diretiva incidir sobre as novas realidades da digitalização, do multimédia e de outras tecnologias, permite-nos analisar as respostas dadas a estas questões. Elas situam-se, na sua grande maioria, no ponto neutro da escala (*não concordo/nem discordo*), independentemente da tipologia da biblioteca. A tendência das respostas ao inquérito, nestas questões, pode querer significar a não existência de uma opinião formada sobre a matéria em causa, uma pequena falta de sensibilização dos profissionais sobre este assunto, um certo desconhecimento sobre a matéria relacionada com a legislação do direito de autor e com a diretiva comunitária sobre o mesmo direito, entre outros motivos. Nas questões sobre a diretiva comunitária, constata-se falta de conhecimento da legislação e das disposições comunitárias.

Curioso também é que, quando pedimos aos inquiridos para se pronunciarem sobre os novos aspetos que a diretiva deveria conter, apenas 23 bibliotecas responderam. Estas respostas revelaram pessoas com conhecimentos do assunto. São de destacar duas: exceções para bibliotecas e serviços de acesso ao público e maior sensibilização da sociedade para os direitos de autor. Os próprios inquiridos referiram «maior sensibilização da sociedade para os direitos de autor». Estamos perante um ressurgimento do direito de autor e da necessidade de o considerar como um direito muito importante.

Depois de todas estas questões, inquirimos se havia um regime especial concedido pela legislação de direito de autor, tendo a maioria das bibliotecas públicas e universitárias respondido que não havia. Para as respostas com *sim*, tínhamos pedido para enunciarem alguns exemplos, que passamos a citar: empréstimo domiciliário, reprodução, exceções para fins de educação e ensino, exceções para as bibliotecas, exceções para fins de investigação pedagógica, para preservação, etc.

Neste inquérito conhecemos duas realidades distintas: as bibliotecas públicas e as bibliotecas universitárias. Avaliámos a constituição da sua coleção que, na generalidade, se encontra em livre acesso, onde predominam as monografias e as publicações periódicas em suporte de papel e onde vamos vendo surgir outros tipos de material com outros suportes. Procurámos tomar conhecimento da existência ou não de políticas de aquisição digital e de políticas de preservação e constatámos que este aspeto ainda está em fase de desenvolvimento nas nossas bibliotecas. Identificámos as condições do controlo da cópia, tendo concluído que a maior parte das bibliotecas não o efetua eficazmente. Algumas permitem as máquinas *self-service* nas salas de leitura e outras consentem no mesmo local a utilização de materiais que possibilitam a realização de cópias, não existindo controlo de utilização deste tipo de equipamentos.

Tomámos conhecimento da realidade das bibliotecas face ao conhecimento e ao cumprimento dos direitos de autor e verificámos que estamos perante uma situação de falta de sensibilização para estas questões, de um certo desconhecimento sobre esta matéria e da ausência de informação sobre a legislação em vigor[[5]](#footnote-5). Estes aspetos estão relacionados com as próprias políticas das bibliotecas, com a própria formação dos profissionais, com a situação comum do nosso país, de não conhecer a legislação por que se rege, pela própria natureza do direito de autor, pelo não conhecimento da legislação comunitária, etc.

Conhecidos e identificados os problemas, impõe-se colmatar esta situação, mediante ações de sensibilização dos profissionais e dos utilizadores sobre a temática do direito de autor, promover na formação dos profissionais o estudo do direito de autor, melhorar o conhecimento da legislação portuguesa e comunitária sobre esta questão e reconhecer no instituto do direito de autor um direito fundamental, que protege as criações do homem, que incentiva a capacidade criativa e que congrega certas disposições favoráveis para as bibliotecas.

**Conclusões**

Como primeira conclusão, importa referir que, apesar de a legislação portuguesa estar em conformidade com as convenções e diretrizes internacionais e comunitárias, não se adequa à realidade das bibliotecas. Esta situação resulta não só do excessivo protecionismo da legislação, como também do carácter facultativo das exceções e das limitações aos direitos de autor que constam do texto da diretiva. Contudo, o problema de fundo consiste em que a legislação apresenta uma forte filosofia pré-digital, não se tendo adaptado com rapidez e diligência ao desenvolvimento tecnológico da sociedade de informação. Neste contexto, é de lamentar que o legislador português, tal como os da maioria dos outros países, não tenha aproveitado as possibilidades oferecidas pelo *Tratado da OMPI sobre Direito de Autor*, para ampliar e introduzir novas exceções e limitações aos direitos adequados ao mundo do digital.

Esta regulamentação conservadora e restritiva constitui um importante obstáculo ao acesso à informação por parte dos utilizadores das bibliotecas. Estamos perante um paradoxo: por um lado promovem-se as bibliotecas digitais e cada vez mais os serviços bibliotecários são prestados através da rede; por outro lado, de acordo com a lei em vigor, todas as atividades permitidas aos utilizadores circunscrevem-se aos locais e instalações físicas das bibliotecas.

Em contrapartida, e como segunda conclusão, consideramos que as bibliotecas deveriam exercer um maior controlo sobre a reprodução dos seus fundos por parte dos utilizadores. Neste domínio, não podemos esquecer que as bibliotecas têm a obrigação de garantir a proteção dos interesses dos autores e de outros titulares de direitos. Embora, os equipamentos de reprodução instalados nas bibliotecas estejam sujeitos a um sistema de remuneração e, em grande medida, as reproduções estejam abrangidas pelas exceções aos direitos de autor, na prática, a maioria das bibliotecas não exerce o controlo desejável para que as atividades não suponham uma infração a esses direitos.

Uma terceira conclusão reside no facto de que, salvo raras exceções, os profissionais da documentação apresentam conhecimentos muitos escassos sobre direitos de autor e a legislação que os regula. Esta falta de conhecimentos sobre direitos de autor afeta negativamente o seu desempenho profissional e impede uma adequada conciliação entre os interesses das partes implicadas: os titulares dos direitos, por um lado, e os utilizadores, por outro. Em certas situações, não prestam aos seus utilizadores os serviços que estes requerem, por insegurança, uma vez que não estão certos de serem permitidos, enquanto outras vezes correm o risco de um litígio com os titulares dos direitos por excederem claramente o que é permitido pela lei.

A última conclusão está diretamente relacionada com a anterior: é imprescindível uma formação adequada nestas questões para os profissionais das bibliotecas atuais. Isto é, deveria haver um processo de alfabetização informacional, neste caso dirigido aos profissionais, centrado nos problemas de direitos de autor relacionados com o acesso e com a utilização da informação.

Por outro lado, dada a sua privilegiada situação como intermediários entre as fontes de informação e os utilizadores, esta formação permitir-lhes-ia assumir um papel mais ativo na informação e sensibilização dos seus utilizadores quanto a estas questões, papel especialmente importante no caso das bibliotecas universitárias, onde professores e alunos se encontram muitíssimas vezes com sérias dúvidas relativas ao que se pode ou não fazer com os recursos da informação para o desenvolvimento das suas atividades docentes e discentes.

1. Bibliotecas Municipais**:** BM1/BMa; BM2/BMb; BM3/BMc [↑](#footnote-ref-1)
2. \*A tabela revela algumas anomalias que resultam da incompletude dos dados de partida. Este facto não tem uma explicação, mas podemos colocar as hipóteses de engano no preenchimento do inquérito. [↑](#footnote-ref-2)
3. As bibliotecas universitárias públicas encontram-se envolvidas em projetos de digitalização não só de fundos antigos mas principalmente de fundos mais recentes. Este facto constitui uma forma de disponibilizar a informação aos investigadores e de resolver problemas de espaço na arrumação dos livros. Outro aspeto a realçar consiste na crescente importância do repositório científico, que abrange não apenas as teses de mestrado e de doutoramento mas toda a produção científica dos investigadores das universidades. [↑](#footnote-ref-3)
4. É curioso notar que a predominância dos fundos digitalizados recai nos fundos atuais. Esta situação permite a disponibilização do formato digital aos seus utilizadores. No caso das bibliotecas públicas, os livros utilizados nas atividades da *Hora do Conto* (projeto fundado em 1995, que consiste em contar histórias como uma forma de manter a cultura e de transmitir o conhecimento) são muitas vezes digitalizados para serem acessíveis ao público; as obras em *DVD*, *CD-ROM*, documentos áudio e vídeo são também muitas vezes digitalizadas para preservação e conservação, sendo dada à consulta não o original mas sim a cópia. [↑](#footnote-ref-4)
5. As exceções mencionadas fazem-nos concluir que esta realidade não é extensiva a todas as bibliotecas. Constatámos que existem bibliotecas que controlam as cópias e cujos profissionais têm conhecimentos sobre a temática em causa, a avaliar pelas indicações dadas nas questões abertas, mas são uma minoria. [↑](#footnote-ref-5)